

ANO 22

NÚMERO ESPECIAL

JUNHO/13

Vinte anos de acompanhamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

“Iniciar uma caminhada não é tarefa fácil; prossegui-la, superar os obstáculos que sempre se apresentam, é um desafio ainda maior.”

Wrana Panizzi, ex-Presidente da FEE (2002)

A trajetória da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) não poderia ser melhor retratada do que pelas palavras acima. No entanto, apesar das inúmeras dificuldades interpostas à sua execução, essa tem sido uma caminhada exitosa, que consolida 20 anos de geração de informações estratégicas para a sociedade gaúcha. É consenso que o conhecimento e o saber são construções de longo prazo, e a chegada aos 20 anos de produção ininterrupta de informações e análises sobre o mundo do trabalho é uma conquista que está depositada no esforço coletivo de uma equipe de mais de 70 trabalhadores, que, com inteligência, empenho e generosidade, têm-se superado a cada dia.

Implantada na Região em 1992, por iniciativa da Fundação de Economia e Estatística (FEE), respondendo a anseios de um olhar acurado sobre as estatísticas do trabalho que reconhecesse as especificidades constitutivas da economia e do mercado de trabalho brasileiros, a Pesquisa viabilizou-se através de um convênio firmado com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo (SEADE-SP). No plano regional, também integram o referido convênio a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social/Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), instituições responsáveis pela política pública de trabalho e renda no Estado. Conta, ainda, com o apoio financeiro do Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador (MTE/FAT). A partir de 2000, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre passou a integrar o Convênio PED-RMPA, propiciando a construção e a análise de indicadores de mercado de trabalho específicos para a capital gaúcha.

A metodologia PED foi desenvolvida no início dos anos 80, em uma parceria entre o DIEESE e a Fundação SEADE. O início da aplicação mensal da Pesquisa ocorreu em 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, e os indicadores por ela gerados vêm sendo divulgados de forma sistemática desde então. O reconhecimento da Pesquisa como importante fonte de dados sobre o mercado de trabalho gerou a demanda por parte de governos estaduais, levando a replicar-se a experiência de São Paulo em outras regiões metropolitanas. Atualmente, a PED constitui-se em um sistema de acompanhamento dos principais mercados de trabalho do País. Compõem o Sistema PED as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza e o Distrito Federal.

Este Número Especial constitui-se em uma coletânea de textos da equipe de pesquisadores do Convênio PED-RMPA e é expressão da informação produzida e da reflexão acumulada nesses 20 anos de realização da Pesquisa. Os estudos refletem as mudanças ocorridas no mercado de trabalho regional do início dos anos 90 até 2012, segundo diferentes olhares sobre temas que se encontram no epicentro do debate sobre o mundo do trabalho. Refletem, ainda, as diversas linhas de estudo desenvolvidas no âmbito da Pesquisa e são fruto da riqueza de informações contidas nas bases de dados PED.

Evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre sob o enfoque do trabalho decente

Trabalho decente é um conceito desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao final da década de 90, com vistas a contrarrestar a precarização das condições de inserção ocupacional e a elevação do desemprego decorrentes das mudanças no mundo do trabalho, em nível mundial, a partir do último quartel do século XX. O conceito está baseado em quatro pilares: (a) respeito às normas internacionais do trabalho; (b) promoção do emprego de qualidade; (c) extensão da proteção social; e (d) diálogo social. Tem, ainda, como elemento transversal, o combate a todas as formas de discriminação, tais como as de gênero, raça/cor e idade. Nesse sentido, a OIT propôs a Agenda do Trabalho Decente, assinada pelo Brasil em 2006, de acordo com a qual a promoção do trabalho decente deve ter um lugar central — e não residual — nas estratégias de desenvolvimento dos países.

Inserindo-se na discussão sobre o trabalho decente, que vem ocorrendo recentemente no País, tem-se como objetivo analisar indicadores de trabalho decente e sua evolução no período de 1993 a 2012, tomando como referência o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. Considerando-se que o Brasil tem um mercado de trabalho ainda pouco estruturado, com baixa proteção social, busca-se contribuir para uma investigação preliminar dos déficits de trabalho decente na Região, com vistas a subsidiar ações e decisões políticas tomadas nesse âmbito. Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), tendo-se como principais indicadores a taxa de participação, o desemprego, os rendimentos do trabalho e a proteção social. Os indicadores serão desagregados por sexo, idade e raça/etnia, a fim de se identificarem desigualdades e discriminações presentes no mercado de trabalho.

Em termos gerais, a análise dos dados indica que houve uma deterioração do mercado de trabalho no decorrer dos anos 90 — aumentando, portanto, o déficit de trabalho decente na RMPA — e uma melhora progressiva dos principais indicadores depois do ano 2000, principalmente a partir de 2004. Nesse sentido, o comportamento do mercado de trabalho refletiu e sofreu os impactos das conjunturas econômicas que marcaram as últimas duas décadas. No período mais recente, após a crise econômico-financeira mundial de 2008, embora as tendências evidenciadas não tenham sido revertidas, observa-se uma desaceleração daquela trajetória

mais favorável que o mercado de trabalho vinha apresentando.

Um primeiro indicador a ser analisado refere-se à taxa de participação, que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais de idade — a População e Idade Ativa (PIA) — incorporadas ao mercado de trabalho, seja como ocupadas, seja como desempregadas, e está relacionada às oportunidades de trabalho e emprego. Examinando-se a taxa de participação total, constata-se que ela apresentou oscilações entre 1993 e 2012, situando-se no mesmo patamar, de 57,0%, nos pontos extremos do período. Enfocando a análise por gênero, os comportamentos foram opostos: a taxa de participação das mulheres tendeu a se elevar (passou de 44,5% da PIA feminina em 1993 para 49,4% em 2012), e, para os homens, a marca foi o declínio do indicador (recuou de 70,7% para 65,7% respectivamente). No recorte por idade, houve queda na taxa de participação, sendo mais expressiva para os jovens de 16 a 24 anos (70,3% em 1993 e 66,0% em 2012) do que para os adultos maiores de 24 anos (63,9% e 62,5% respectivamente).

O desemprego, por seu turno, é uma variável crucial para se apreender o déficit de trabalho decente, pois indica a falta de oportunidades de trabalho para a população que busca uma ocupação, com efeitos negativos sobre os trabalhadores.

A análise das taxas de desemprego revela um comportamento que acompanha as conjunturas econômicas ao longo do período em estudo: a taxa de desemprego total, na RMPA, tendeu a se elevar nos anos 90, mais precisamente na segunda metade da década, atingindo o pico em 1999 — 19,0% da População Economicamente Ativa (PEA) —, mostrando tendência declinante a partir de 2000, para todas as categorias de trabalhadores, e atingindo seu menor patamar em 2012 (7,0% da PEA). Nesse ano, o contingente em desemprego era de 133 mil pessoas. Considerando-se os segmentos de trabalhadores, as taxas de desemprego revelam traços já característicos: são mais elevadas entre os jovens (15,8%; adultos 4,9%, em 2012), os trabalhadores negros (10,5%; não negros 6,5%) e as mulheres (8,2%; homens 6,0%, em 2012). Quanto aos jovens, outro fator que os coloca em situação de maior vulnerabilidade é a elevada parcela que não estuda e também não tem um trabalho (11,2% em 2012). A redução observada nesse indicador ocorreu pelo declínio entre as mulheres, pois, para os homens jovens, houve elevação, situando-se em 7,5%, em 2012. É preocupante, pois, a aguda desfiliação institucional entre os jovens, expondo-os

a sérios riscos pela exclusão da escola e do mercado de trabalho.

A proteção social, por sua vez, é um dos pilares mais importantes do trabalho decente, na medida em que garante os direitos previstos na legislação trabalhista e previdenciária. A esse respeito, os dados mostram que 76,5% do total de ocupados tinha contribuição à Previdência Social em 1993, elevando-se para 80,2% em 2012. Ainda assim, uma parcela elevada permanecia em situação de vulnerabilidade (351 mil indivíduos) em 2012. Os níveis de proteção social apresentaram oscilações negativas nos anos 90, evidenciando uma precarização do trabalho, seguindo-se um movimento ascendente a partir do ano 2000, o que permitiu alcançar um patamar, ao final do período, um pouco superior ao inicialmente registrado. Destaque-se que os jovens, os negros e as mulheres eram os segmentos com maior grau de exclusão, mas apresentaram a ampliação da cobertura mais expressiva, no período (contribuíam à Previdência 72,0%, 77,9% e 79,9%, respectivamente, em 2012).

Os rendimentos provenientes do trabalho têm importância crucial para o trabalho decente pois são determinantes para a satisfação das necessidades e para o bem-estar do trabalhador e de sua família. As informações da PED-RMPA indicam que, em 2012, a renda média real do trabalho principal correspondia a R\$ 1.561 (10,6% acima do valor de 1993). No decorrer do período, houve elevação expressiva do valor real dos rendimentos após a implantação do Plano Real, de 19,0% entre 1994 e 1997 — este último ano foi o que apresentou o maior valor da série (R\$ 1.606). Entre 1998 e 2004, a trajetória foi de queda dos rendimentos reais,

seguindo-se uma recuperação lenta e continuada até o final do período, com ganhos da ordem de 18,0% entre 2004 e 2012, porém não suficientes para compensar as perdas havidas anteriormente. Verificou-se, ainda, que as mulheres e os negros, não obstante terem apresentado ganhos maiores, no período, percebiam rendimentos médios inferiores aos homens e aos não negros, revelando desigualdades presentes no mercado de trabalho.

Concluindo, constata-se que o mercado de trabalho teve mudanças importantes no período, e o comportamento mais favorável a partir de 2000 vem atendendo aos objetivos de promoção do trabalho decente: queda do desemprego e aumento da proteção social e dos rendimentos médios reais. Ademais, o fato de esses aumentos terem sido maiores para os grupos mais vulneráveis atenua as desigualdades de gênero e raça/cor. Todavia, permanecem déficits de trabalho decente (elevado desemprego para certos segmentos, proteção social não universalizada e desigualdades de gênero e raça/cor), colocando desafios às políticas públicas de trabalho e renda. No equacionamento dos problemas que persistem, é imprescindível que se coloque como fator indissociável do conceito de trabalho decente a centralidade do trabalho, não obstante as reconfigurações de que ele tem sido alvo, pois, nos dias atuais, persiste o elo entre trabalho produtivo e cidadania, que se alçou como característica da sociedade capitalista no século XX. Por conseguinte, garantir e ampliar possibilidades de inclusão social pela via do trabalho coloca-se como imperativo nas discussões e as ações voltadas ao âmbito do trabalho.

Indicadores de trabalho decente na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2012

INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Emprego																				
Taxa de participação (%)	57,0	54,9	55,6	54,6	54,0	56,7	58,3	58,9	58,6	57,5	57,9	57,9	57,4	56,8	56,9	58,7	58,1	57,7	57,1	57,0
Mulheres	44,5	42,5	43,9	43,0	42,3	46,1	49,0	49,7	49,6	49,3	49,1	49,8	49,3	49,0	49,0	51,4	50,7	50,0	49,3	49,4
Homens	70,7	68,5	68,4	67,3	67,1	68,4	68,6	69,2	68,5	66,7	67,8	66,8	66,4	65,5	65,8	66,9	66,5	66,4	65,9	65,7
Taxa de desemprego (%)	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,5	14,3	12,9	11,2	11,1	8,7	7,3	7,0
Mulheres	14,3	13,2	12,9	14,1	15,1	18,6	21,9	19,6	18,2	17,9	20,2	19,1	17,6	16,9	16,0	13,9	13,5	10,6	8,7	8,2
Homens	10,7	10,0	9,2	12,4	12,3	13,7	16,7	14,2	12,3	13,1	13,9	13,1	11,9	12,0	10,2	8,8	9,1	7,1	6,2	6,0
Desemprego dos jovens (16 a 24 anos) (%)	21,4	20,4	19,3	23,0	23,4	27,1	31,3	28,8	27,5	26,9	29,9	29,3	26,3	27,0	24,7	22,5	23,2	18,3	15,9	15,8
Rendimento médio real (R\$)	1.411	1.349	1.467	1.579	1.606	1.573	1.522	1.526	1.476	1.457	1.327	1.323	1.340	1.352	1.385	1.420	1.466	1.526	1.551	1.561
Segurança e proteção social																				
Contribuição à Previdência Social (%)	76,5	75,7	74,2	73,8	75,4	72,8	70,7	69,5	70,0	70,0	69,7	70,5	72,5	72,9	72,5	73,2	75,0	76,9	79,4	80,2
Jovens (16 a 24 anos) que não estudam e não trabalham (%)	15,0	16,0	15,4	13,8	14,0	13,1	11,5	11,1	12,0	11,7	11,3	10,6	10,4	10,7	10,7	10,5	10,4	11,2	10,4	11,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./12.

Miriam De Toni
Socióloga, Pesquisadora da FEE

Aspectos do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre: 1993-2012

A trajetória do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período 1993-2012, demonstra a existência de fases bastante distintas do comportamento desse indicador do mercado de trabalho. No contexto da estabilização monetária proporcionada pelo Plano Real, ocorreu redução da incidência do desemprego até 1995, quando atingiu o patamar de 10,7% da População Economicamente Ativa (PEA). De 1996 a 1999, houve um processo de deterioração do mercado de trabalho regional, tendo-se a taxa de desemprego total elevado para 19,0% — maior média anual de toda a série da Pesquisa. De 2000 a 2003, alternaram-se movimentos de descenso e de ascenso do desemprego. A partir de 2004, observou-se uma trajetória consistente de queda da incidência do desemprego, cuja taxa atingiu 7,0% em 2012, menor patamar de toda a série da Pesquisa. Assinale-se que, neste último subperíodo, mesmo com a recessão provocada pela crise econômica internacional, em 2009 a taxa de desemprego total manteve-se relativamente estável na RMPA, pois o leve incremento do nível ocupacional foi suficiente para absorver aqueles que ingressaram na PEA.

Os **conceitos**¹ da PED comportam a desagregação do desemprego em dois **tipos** — o **aberto** e o **oculto** —, e este último em componentes — o **oculto pelo trabalho precário** e o **oculto pelo desalento**. Essa possibilidade metodológica é muito relevante, pois permite a apreensão de maneira mais apropriada do fenômeno do desemprego em mercados de trabalho heterogêneos, em que grande parte da estrutura ocupacional não corresponde ao emprego com registros formais e para a qual o sistema de proteção social não é acessível.

Os seguintes aspectos podem ser destacados a respeito do comportamento do desemprego por tipo na RMPA, no período 1993-2012: (a) as taxas de desemprego aberto e oculto tiveram tendências semelhantes em praticamente todos os 20 anos, sendo exceção o subperíodo 1993-1995, fase inicial da estabilização monetária e de expansão econômica, em que se dissociaram, sugerindo a possibilidade de que parte das pessoas em desemprego oculto passou para uma situação de desemprego aberto; (b) a partir de 2001, constatou-se uma nítida tendência de elevação da razão entre a taxa de desemprego aberto e a taxa de desemprego oculto, que passou de 1,81 naquele ano para 6,00 em 2012. De acordo com a interpretação proposta, isto se deveu, principal-

mente a partir de 2004, à melhora da estruturação do mercado de trabalho proporcionada pela geração de oportunidades ocupacionais, em especial do emprego com registros formais, o que representou alternativas mais promissoras para os indivíduos em inserções precárias ou desalentados; (c) ao se cotejarem os anos de 1993 e 2012, constata-se que a proporção de indivíduos em desemprego aberto no desemprego total se elevou de 60,1% para 85,0%, o que reforça a compreensão da ocorrência de uma retração importante das pessoas desempregadas que exerciam trabalhos precários ou desalentadas no mercado de trabalho regional.

Outra dimensão do desemprego está vinculada à sua **duração**, que evidenciou a seguinte trajetória no período sob análise, na RMPA. O tempo médio de procura por trabalho situava-se em 25 semanas em 1993 e manteve-se relativamente estável até 1995. A partir de 1996, iniciou-se uma fase de deterioração, tendo atingido 46 semanas em 1999. Entre 2000 e 2004, a duração do desemprego não apresentou uma tendência bem definida. A partir de 2005, o tempo médio de procura por trabalho evidenciou uma clara trajetória de redução, diminuindo para 21 semanas em 2012, que se constituiu no menor patamar da duração do desemprego no período em foco.

Sobre o desemprego na RMPA nestes 20 anos, cabe ainda analisá-lo de acordo com **características sociodemográficas**, contrastando os dados de 1993 com os de 2012. Segmentando-se a força de trabalho por **sexo**, pode-se constatar que, se, por um lado, houve melhora para os dois grupos populacionais em termos de incidência do desemprego, nesta base comparativa, por outro, manteve-se a situação relativamente mais adversa para as mulheres. Afóra esses aspectos, o segmento feminino ampliou a sua parcela relativa no estoque de desempregados total, de 48,1% em 1993 para 53,9% em 2012, para o que também contribuiu o aumento da sua participação na força de trabalho metropolitana.

No que diz respeito ao desemprego segundo a **idade** dos trabalhadores, percebe-se que a sua incidência, ao comparar-se 1993 e 2012, se reduziu com mais intensidade, quanto maior era a faixa etária dos indivíduos. Pode-se também constatar que a taxa de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos se situava em patamares muito mais elevados, em comparação aos outros grupos etários, o que se constitui em um padrão observado na realidade internacional. Eles passaram a representar 43,0% do contingente de desempregados total em 2012,

¹ Sobre os conceitos de desemprego da PED, ver **Notas metodológicas** ao final deste Informe.

valor muito superior à sua proporção na PEA total, de 19,1%, o que é uma indicação da fragilidade deste grupo populacional em seu processo de inserção no mercado de trabalho. No que diz respeito aos indivíduos maduros, de 40 anos e mais, o aumento de sua parcela relativa no estoque total de desempregados foi ocasionado, fundamentalmente, pela grande ampliação da sua proporção na População em Idade Ativa (PIA) metropolitana.

Quanto ao recorte por **raça/cor** do desemprego, a sua incidência não somente é mais elevada entre a população negra, como também se reduziu em ritmo menos intenso em relação ao da população não negra, ao comparar-se 1993 e 2012. Com isso, o peso relativo da população negra no contingente de desempregados total passou de 18,2% para 19,1% naquela base comparativa. Essas evidências remetem para questões estruturais relacionadas com a discriminação, que operam como um elemento de desvantagem dos negros no processo de busca por uma inserção ocupacional.

Ao examinar-se o desemprego segundo a **escolaridade**, diversos aspectos sobressaem-se como distintivos. No ano de 1993, observa-se que,

quanto mais escolarizados eram os indivíduos na RMPA, menor era a incidência do desemprego. Todavia isso se havia modificado em 2012, porque a força de trabalho com escolaridade fundamental incompleta evidenciou um ritmo muito mais acelerado de declínio do desemprego. Concomitantemente, os trabalhadores com fundamental incompleto tiveram uma grande redução do seu peso relativo no estoque total de desempregados, de 57,2% em 1993 para 22,1% em 2012, enquanto todos os outros segmentos experimentaram ampliação das suas parcelas relativas. Deve-se ter presente que, nesse período, também houve uma mudança acentuada na composição da PIA metropolitana por faixas de educação formal, em que perderam peso relativo os segmentos menos escolarizados e ganharam os mais escolarizados. Ao comparar-se 1993 com 2012, pode-se concluir que, se, por um lado, os indivíduos com maior nível de educação formal continuaram menos sujeitos ao desemprego, por outro, aqueles que nele se encontravam ao final do período eram relativamente mais escolarizados do que no seu início.

Taxas de desemprego, por tipo e características sociodemográficas, da Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2012

DISCRIMINAÇÃO	TAXAS DE DESEMPREGO			DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS	
	1993	2012	Δ	1993	2012
	(%)				
TOTAL	12,2	7,0	-42,6	100,0	100,0
Tipo					
Aberto	7,3	6,0	-17,8	60,1	85,0
Oculto	4,9	1,0	-79,6	39,9	15,0
Sexo					
Homens	10,7	6,0	-43,9	51,9	46,1
Mulheres	14,3	8,2	-42,7	48,1	53,9
Idade					
De 10 a 15 anos	34,2	(1)-	-	8,4	(1)-
De 16 a 24 anos	21,4	15,8	-26,2	42,1	43,0
De 25 a 39 anos	9,7	6,4	-34,0	34,5	34,5
40 anos e mais	6,1	3,5	-42,6	15,0	21,0
Raça/cor (2)					
Negros	16,8	10,5	-37,5	18,2	19,1
Não negros	11,5	6,5	-43,5	81,8	80,9
Escolaridade (3)					
Analfabetos	14,1	(1)-	-	3,1	(1)-
Fundamental incompleto	14,5	7,3	-49,7	57,2	22,1
Fundamental completo a médio incompleto	13,8	10,3	-25,4	22,8	29,6
Médio completo a superior incompleto	8,6	6,8	-20,9	14,8	41,8
Superior completo	3,1	3,0	-3,2	2,1	6,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Negros abrangem pretos e pardos; não negros abrangem brancos e amarelos. (3) A faixa de escolaridade fundamental incompleto inclui indivíduos alfabetizados sem escolarização.

Raul Luís Assumpção Bastos
Economista, Pesquisador da FEE

A recuperação do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre

Ao se examinarem as informações estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) do período 1993-2012, dois movimentos distintos aparecem nitidamente: um de contração de oportunidades do nível do emprego formal na década de 90, e outro de expansão dos postos de trabalho com vínculos formais, em maior proporção que os vínculos informais, na primeira década do século XXI. De fato, o desempenho favorável da ocupação a partir de 2000 deveu-se sobremaneira ao crescimento do emprego assalariado do setor privado com carteira de trabalho assinada. Com esse resultado, inverteu-se a tendência à precarização do trabalho evidenciada nos anos 90, quando se registrou uma variação positiva de apenas 0,3% no total de ocupações assalariadas formais entre 1993 e 1998, passando-se para um crescimento de 26,4% entre 1999 e 2007 e de 18,4% entre 2008 e 2012, um ganho substancial para o emprego formalizado nesse período. Note-se que, mesmo com a crise econômico-financeira de 2008, essa trajetória favorável não se viu interrompida.

Portanto a retomada do crescimento do contingente de trabalhadores formais na segunda década em estudo é uma das marcas contundentes das mudanças recentes no mercado de trabalho regional. Assim, no decorrer deste texto, serão analisados três aspectos que merecem destaque no período 1999-2012: a expressiva ampliação do emprego formal em setores que apresentam, tradicionalmente, condições mais precárias de inserção ocupacional, tais como a construção civil, o comércio e os serviços; a melhoria da qualidade do emprego; e a diminuição da desigualdade de rendimentos entre os assalariados do setor privado.

O primeiro ponto a destacar refere-se à maior formalização do emprego justamente em setores que têm apresentado elevadas parcelas de trabalhadores com inserção ocupacional mais precária — emprego sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores autônomos, dentre outros. Nesse sentido e tendo em vista que, na indústria de transformação, predomina a formalização dos contratos de trabalho, percebe-se uma alteração na distribuição do emprego formal, pois esse tipo de contrato apresentou crescimento proporcionalmente maior na construção civil, no comércio e nos serviços, *vis-à-vis* à indústria de transformação. De fato, considerando-se o aumento nos contingentes de assalariados, foi o setor de serviços o que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada entre 1999 e

2010¹ — 152 mil empregos, contra 65 mil do comércio, 44 mil da indústria de transformação e 15 mil da construção civil.

Note-se, entretanto, que o setor de serviços foi também o que mais gerou empregos sem carteira assinada, uma vez que, do total de 26 mil novas ocupações sem carteira, 21 mil foram nesse setor.

No entanto, é a análise das variações relativas que melhor dá conta dessas mudanças na composição setorial do emprego assalariado com carteira assinada no setor privado. Por esse prisma, verifica-se que a tendência à formalização se deu com maior intensidade no setor da construção civil, com um crescimento dessa modalidade de emprego de 62,5%, seguido pelo comércio (61,3%) e pelos serviços (60,3%). Na indústria de transformação, o crescimento foi bem menor, de 23,3%, no período entre 1999 e 2010.

O segundo ponto a destacar relaciona-se com o tema sobre a qualidade do emprego, isso porque a qualidade da ocupação tem um forte impacto no bem-estar dos trabalhadores, o que, por si só, a torna uma questão relevante. De fato, para a maioria das pessoas empregadas, o trabalho ocupa grande parte do seu tempo disponível, sendo elemento primordial para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, melhorar a qualidade do emprego contribui diretamente para o bem-estar dos trabalhadores e de seus familiares.

A esse respeito, com base nos dados da Pesquisa, podem-se constatar evidências da melhoria da qualidade do emprego. Assim, ao se analisarem as informações para o período 1999-2012, observa-se que a geração de novos postos de trabalho se deu, preponderantemente, no emprego formalizado do setor privado (81,0% com carteira face aos 2,6% sem carteira). Saliente-se que o crescimento do assalariamento com carteira assinada tem consequências importantes, dado que a carteira não é apenas um contrato entre trabalhador e empregador, mas implica também o registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, que dá acesso a direitos e benefícios estipulados pela legislação trabalhista e previdenciária.

Ademais, outro aspecto que indica a melhoria da qualidade do emprego é a análise da dinâmica de seu crescimento por tamanho das empresas. Nesse particular, dados da PED-RMPA para o período 1999-2012 assinalam aumento mais expres-

¹ A partir de 2011, houve alteração na forma de captação do setor de atividade, ocorrendo, assim, uma descontinuidade da série a partir de janeiro de 2011.

sivo de ocupados com carteira assinada nas empresas de maior porte: de 100 a 499 empregados (70,4%) e de 500 e mais empregados (68,0%). Esse fato evidencia uma melhor estruturação e organização do mercado de trabalho, uma vez que as empresas maiores possuem melhores condições de oferecer empregos de qualidade e de diminuir a persistente deterioração e a inserção precária dos trabalhadores no mercado de trabalho, visto que os assalariados sem carteira assinada concentraram-se nas empresas entre um e 49 empregados.

Saliente-se que essa trajetória positiva não sofreu solução de continuidade com a crise financeira de 2008, haja vista que, no período de 2008-12, continuou o movimento de expansão das ocupações formais, sem perder praticamente a intensidade de crescimento que vinha tendo no período anterior. Assim, observa-se que o incremento da ocupação assalariada com carteira assinada do setor privado evoluiu de 3,9% em 2008-09 para 6,1% em 2009-10, 6,6% em 2010-11, sendo menos intenso e de apenas 0,8% em 2011-12. Em sentido contrário, entre 2008 e 2012, houve perdas de 16,1% entre os assalariados sem carteira assinada, de 8,5% entre os autônomos e de 6,9% para os empregados domésticos e outros, ou seja, as categorias ocupacionais mais desprotegidas e de inserção precária foram as que mais se retraíram com a desaceleração econômica e seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho.

Outro aspecto que, de certo modo, se contrapõe à evolução favorável do emprego no período em foco é a constatação de que a maior parte das ocupações com carteira assinada se situou nas faixas de rendimento mais baixo, de um a menos de três salários mínimos. Já os assalariados sem car-

teira encontravam-se, em grande medida, nas faixas salariais de menos de dois salários mínimos. Esse resultado está possivelmente associado à maior ampliação do emprego assalariado nos setores da construção civil, comércio e serviços, cujas remunerações são geralmente mais baixas do que na indústria de transformação.

Finalmente, vale ainda indagar se a situação favorável do emprego formal foi acompanhada de uma melhoria salarial. Nesse sentido, ao se examinar a evolução do rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, verifica-se que houve um ganho total de 2,6% entre 1999 e 2012. Nesse mesmo período, os assalariados do setor privado com carteira registraram variação positiva de salário de apenas 0,13%.

A esse respeito, constata-se, para os assalariados com carteira assinada, uma tendência de ganhos reais de salário a partir de 2004, apesar de não terem logrado recuperar totalmente as perdas havidas entre 1999 e 2003. Já para os assalariados sem carteira assinada, a trajetória foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Esse fato positivo acarretou diminuição do diferencial de salários entre essas duas categorias de trabalhadores.

Assim, esse conjunto de fatores positivos observados — elevação do emprego formal, melhoria da qualidade do emprego e dos salários médios reais, especialmente, desde 2004 — indica também uma retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho regional, que precisa ser continuado e aprofundado, a fim de reduzir os níveis de precariedade ainda existentes entre os trabalhadores.

Estimativa da ocupação, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2012

(1.000 pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	1993	1998	1999	2007	2008	2012	VARIAÇÕES ABSOLUTAS			VARIAÇÕES RELATIVAS (%)		
							1998	2007	2012	1998	2007	2012
							1993	1999	2008	1993	1999	2008
Ocupados	1.254	1.325	1.349	1.570	1.668	1.771	71	221	103	5,7	16,4	6,2
Assalariados (1)	852	841	852	1.065	1.128	1.255	-11	213	127	-1,3	25,0	11,3
Assalariados do setor público (2)	190	167	162	193	203	212	-23	31	9	-12,1	19,1	4,4
Assalariados do setor privado	662	674	690	871	925	1042	12	181	117	1,8	26,2	12,6
Com carteira assinada	574	576	571	722	770	912	2	151	142	0,3	26,4	18,4
Sem carteira assinada	88	98	119	149	155	130	10	30	-25	11,4	25,2	-16,1
Autônomos	207	242	255	259	271	248	35	4	-23	16,9	1,6	-8,5
Empregados domésticos	76	101	103	105	102	95	25	2	-7	32,9	1,9	-6,9
Outros (3)	119	141	139	141	167	173	22	2	6	18,5	1,4	3,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Excluem empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Englobam empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Alejandro Kuajara Arandia
Economista, Pesquisador da FEE

Trajatória do trabalho autônomo na Região Metropolitana de Porto Alegre

No tratamento das formas autônomas (não assalariadas) de inserção laboral, enfrentam-se dificuldades conceituais características dos estudos do chamado setor informal, dadas as múltiplas interpretações relacionadas a esse fenômeno. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

[...] o setor informal pode ser caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objetivo a criação de empregos e de rendimentos para as pessoas nelas envolvidas¹.

Adotando-se essa perspectiva conceitual para este estudo, foram selecionadas as seguintes modalidades de inserção laboral: o trabalhador autônomo² e o dono de negócio familiar, aqui genericamente denominados de trabalhadores autônomos ou por conta própria. Para a realização deste trabalho, foi utilizada a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), e, para manter a satisfatória precisão estatística nos diferentes recortes analíticos, usou-se uma agregação dos dados em períodos de 24 meses, constituindo-se o primeiro biênio da média de 1993-94, e o último da média de 2011-12.

O presente trabalho fundamenta-se no entendimento de que a retomada do crescimento do emprego formal, associada à recuperação da renda do trabalho e do poder de compra do salário mínimo, observados a partir de 2000, tenha também impactado favoravelmente o segmento em foco, seja pela possibilidade da migração dos trabalhadores mais vulneráveis para postos de trabalho assalariados regulamentados, seja pela melhora das condições de trabalho dos que permanecem nessa modalidade de inserção laboral. De fato, apesar do aumento do assalariamento regulamentado, principalmente a partir de 2004, o trabalho autônomo manteve sua importância na ocupação da RMPA. Nos anos 90, observou-se um forte incremento dessa

modalidade de inserção laboral (24,6% até o biênio 1999-2000), como resposta à deterioração do mercado de trabalho regional, que apresentava os maiores patamares de desemprego e certa estagnação na geração de empregos formais. Seguiu-se um período marcado por pequenas oscilações, mas, a partir de 2007-08, percebe-se uma nítida tendência de crescimento, fechando o período pesquisado com um acréscimo de 106 mil indivíduos no contingente de trabalhadores por conta própria (um crescimento de 41,4%).

O contingente numericamente mais importante entre as categorias de trabalho autônomo é o daqueles que trabalham para empresas e para o público em geral, destacando-se os que trabalham fora da residência sem instalação fixa (28,3% no início da série e 32,1% no biênio 2011-12), seguidos pelos que trabalham fora da residência com instalação fixa (15,8% e 19,3% nos referidos períodos). O crescimento absoluto mais expressivo e constante nos 20 anos analisados ocorreu nessas mesmas categorias: naquela sem instalação fixa, foram agregados 43 mil indivíduos, e, na com instalação fixa, 29 mil trabalhadores. As demais categorias tiveram incrementos mais modestos, e a de dono de negócio familiar sofreu retração durante os três primeiros períodos a partir de 2000. Voltou a crescer a partir de 2007-08, período de índices de crescimento econômico elevados, ampliação do emprego formal e, como decorrência, da massa de rendimentos disponível para consumo, o que impacta positivamente a comercialização de bens e serviços oriundos do trabalho por conta própria. Cabe referenciar que os autônomos que trabalham para o público em geral na própria residência, categoria menos estruturada comparativamente às demais, apresentaram crescimento até o final dos anos 90, mas reduziram-se no período de reestruturação do mercado de trabalho a partir de 2000, apontando para uma possível transposição de trabalhadores para o emprego formal. Esse segmento era responsável por 18,6% do total do trabalho autônomo e chegou ao final do período representando 13,1% do mesmo.

Embora conviver com o medo e a insegurança seja cada vez mais comum na sociedade moderna, as atividades exercidas de forma autônoma são especialmente vulneráveis e suscetíveis às incertezas do cotidiano, recebendo pouca ou nenhuma proteção jurídica e social. A OIT, em relatório conjunto com a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Programa das Na-

¹ OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO — OIT. **A OIT e a economia informal**. Lisboa, 2006

² Modalidades de autônomos segundo o grau de subordinação e níveis de estruturação: autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados; autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados; autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público em geral na residência; autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público fora da residência sem equipamento fixo; autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público fora da residência com equipamento fixo.

ções Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³, considera o setor informal como o segmento onde se encontram os maiores déficits de trabalho decente. Dos indicadores capazes de expressar a desproteção, a vulnerabilidade e a precariedade presentes nessa modalidade de inserção ocupacional, destacaram-se para a análise a contribuição à Previdência Social e o rendimento médio real.

Ao contrário do trabalhador assalariado regulamentado, que tem seu desconto previdenciário feito automaticamente no ato do pagamento do salário (mantendo, portanto, 100,0% de contribuição), para o autônomo, essa contribuição passa a ser um ato de vontade, que se traduz na possibilidade de destinar uma parcela de seus rendimentos do trabalho para esse fim. O que se observa, na verdade, é que quase todas as categorias de trabalhadores por conta própria mantêm uma baixa contribuição à Previdência. A proporção de indivíduos que contribuem é maior conforme o grau de estruturação do negócio e/ou atividade. Por exemplo, a menor parcela de contribuição foi observada entre os autônomos que trabalhavam para uma empresa com até cinco empregados, categoria que também apresentou os menores rendimentos médios ao longo do período analisado (apenas 26,2% deles contribuíam para a Previdência no primeiro biênio analisado). Em condição inversa, as maiores parcelas de contribuição foram observadas entre os donos de negócio familiar e os autônomos que trabalham para empresas e para o público fora da residência e com instalações fixas (66,0% e 59,7%, respectivamente, em 1993-94), categorias estas que auferiam rendimentos médios mais elevados entre o conjunto de trabalhadores por conta própria. Como agravante, essa contribuição diminuiu durante o período abarcado por este estudo. Excetuando-se a categoria dos autônomos que trabalham para uma empresa com mais de cinco empregados, todas as demais categorias reduziram essa contribuição entre o primeiro e o quarto biênio em análise (final dos anos 90). A partir de 2000, ainda se observou redução generalizada da contribuição à Previdência até o biênio 2007-08, crescendo nos dois últimos períodos e ultrapassando, na maioria das categorias, os patamares do início da série.

No que concerne ao rendimento médio real⁴ auferido pelos trabalhadores por conta própria, a evolução foi muito favorável, principalmente até o final dos anos 90, associada aos impactos positivos da estabilização monetária ocorrida imediatamente após a implantação do Plano Real em 1994. Todavia esses ganhos não se mostraram sustentáveis,

pois os índices de crescimento arrefeceram nos períodos iniciais da década que iniciou em 2000, só se recuperando nos dois últimos biênios.

Os resultados da Pesquisa revelaram, ainda, patamares bastante distintos nos rendimentos das diferentes categorias de autônomos, indicando níveis de desigualdade importantes. Constituíam-se categorias com ganhos mais elevados: o autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados (R\$ 1.963 em 2011-12), o que trabalha para empresas e para o público fora da residência com instalação fixa (R\$ 1.629) e o dono de negócio familiar (categoria com as maiores jornadas médias semanais), cujo rendimento alcançou R\$ 1.601 ao final da série. Rendimentos estes superiores ao auferido pelos assalariados com carteira assinada (R\$ 1.410 no último biênio).

Da mesma forma, a trajetória dos rendimentos não foi homogênea para o conjunto dos trabalhadores por conta própria. O movimento mais positivo foi observado entre os autônomos que trabalham para uma empresa com mais de cinco empregados, os quais obtiveram forte crescimento nos rendimentos até o quarto biênio — aumento real de 37,0%. Nos biênios subsequentes, registraram crescimentos mais modestos, mas finalizaram o período em estudo com um crescimento de 33,0% em seus rendimentos. Seguiu-se, em grandeza, o crescimento do rendimento médio real dos autônomos que trabalham fora da residência sem instalação fixa (22,2% em 2011-12). Essas categorias obtiveram ganhos superiores ao crescimento do salário médio real dos assalariados formalizados nesses 20 anos — que foi de 11,2%. As demais categorias mantiveram rendimentos em patamares muito próximos, ou ligeiramente superiores, ao observado no início do período pesquisado.

Como reflexão final sobre o comportamento desse segmento laboral, observado em conjunturas díspares — de reestruturação econômica e precarização da inserção laboral nos anos 90, e de crescimento econômico e (re)estruturação do mercado de trabalho a partir de 2000 —, pode-se dizer que, se a conjuntura positiva a partir de 2000 não propiciou uma diminuição absoluta das atividades por conta própria, estas se reconfiguraram, diminuindo a representatividade dos segmentos mais vulneráveis, como o trabalho exercido na própria residência, e ampliando a daqueles mais estruturados. Nestes últimos, evidenciaram-se ganhos de qualidade, como o aumento dos rendimentos — superando, em algumas categorias, o salário médio real — e uma ligeira elevação da contribuição à Previdência, fator de garantia de maior proteção para o trabalhador e sua família.

Irene M. S. Galezzi
Socióloga, Pesquisadora da FGTAS

³ COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE — CEPAL. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

⁴ O inflator utilizado foi IPC-IEPE; valores em reais de nov./12.

Tempo de permanência no emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre: evolução entre 2001 e 2010

O objetivo deste texto é verificar a trajetória do tempo de permanência no emprego, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período de 2001 a 2010. Tempo de permanência refere-se ao tempo de manutenção, sem interrupção, do atual vínculo empregatício (ou trabalho) dos indivíduos na condição de ocupados no momento da entrevista. A duração desse vínculo é o resultado das práticas de admissão e demissão das empresas, tomadas com base em um conjunto de decisões gerenciais, em resposta aos movimentos do ambiente econômico e das modificações na relação entre custos e produtividade. O tempo de permanência relaciona-se, pois, com a criação e destruição de empregos — consequência das flutuações sazonais e do crescimento da economia e da própria dinâmica interna das empresas —, e com o fluxo dos trabalhadores nos postos de trabalho — que é a característica da rotatividade. Esse vínculo com o emprego ou trabalho é um indicador da natureza e da qualidade das relações que se estabelecem entre empregados e empregadores. A sua duração — quando referida a condição de assalariado — está associada à estabilidade no emprego, às condições de trabalho e a níveis de sindicalização.

Os dados utilizados neste trabalho foram gerados a partir da base de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). As evidências empíricas mostram que, em 2010, o tempo médio de permanência de um ocupado da RMPA no emprego foi de 76,4 meses — um pouco acima de seis anos (ver tabela e gráfico abaixo). Considerando apenas os grandes agregados dentro da categoria dos ocupados, observa-se que a categoria **autônomos** foi a que apresentou o maior tempo de permanência (100,0 meses), ficando acima do tempo médio total da Região. Já os **empregados domésticos** e os **assalariados** situaram-se abaixo do total geral — 68,2 e 64,5 meses respectivamente.

Considerando apenas os assalariados, percebe-se uma grande diferença entre o tempo de permanência no setor **público** e no **privado**. No primeiro, os empregados estavam, em média, há 11,3 anos (137,4 meses) no emprego, ao passo que, no segundo, esse número é de cerca de quatro anos (49,1 meses). Desagregando o setor público, observa-se que, para os servidores **estatutários**, esse indicador chegou a 171,9 meses em 2010, ao passo que os **não estatutários** apresentaram 98,4 meses de tempo de permanência no emprego. Quando se separam os assalariados do setor privado por tipo de contratação, o tempo de

permanência entre os **com carteira assinada** é bastante superior ao dos **sem carteira assinada**, respectivamente, 52,5 meses e 29,0 meses.

Entre 2001 e 2010, houve um incremento de, aproximadamente, um ano no tempo de permanência do **total de ocupados** (12,3 meses). Em termos absolutos, o maior aumento foi registrado entre os **autônomos** (38,2 meses). Entre os empregados **domésticos**, a ampliação foi de 18,2 meses. O menor crescimento no indicador ocorreu entre os **assalariados** (4,1 meses) e, particularmente, entre os assalariados do setor privado — aumento de 4,3 meses. Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada apresentaram uma pequena variação positiva (2,3 meses), que correspondeu a um terço do tempo médio encontrado entre os ocupados. No **setor público**, houve elevação de 7,6 meses. Apesar dessa magnitude, em termos relativos, o desempenho do setor privado foi superior ao do público, contribuindo para diminuir, ainda que de forma sutil, o diferencial entre o tempo de permanência dessas duas categorias. A exceção aqui identificada foi a que se verificou entre os servidores públicos não estatutários, que foi o único agregado em que houve queda no tempo de permanência ao longo da década (-6,3 meses).

Note-se que houve um encurtamento do *gap* entre os empregados do setor privado com e sem carteira. O tempo de permanência dos últimos aumentou 31,8% no período, enquanto o dos primeiros, 4,6%. Mesmo com o crescimento expressivo entre os ocupados sem carteira assinada, essa categoria permanece como a que possui o nível mais baixo do indicador. Além de não usufruir dos direitos previstos àqueles que possuem vínculo formal de emprego, esses trabalhadores estão sujeitos a formas precárias de inserção ocupacional.

Este estudo mostrou que houve uma elevação na duração do emprego, na RMPA, entre 2001 e 2010. Com base nessas evidências, pode-se aventar a hipótese de que houve, em termos gerais, uma melhora na qualidade do emprego da Região. Note-se, no entanto, que existem variações bastante significativas quando se consideram os diferentes segmentos e categorias. Poder-se-ia destacar o aumento modesto do tempo de permanência dos assalariados do setor privado com carteira assinada. Esse dado sugere que ainda não foi possível superar, entre esse conjunto de trabalhadores, a condição de fragilidade que caracteriza, segundo a literatura, os vínculos dos trabalhadores com seus empregos no Brasil.

Tempo de permanência no trabalho atual, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(meses)

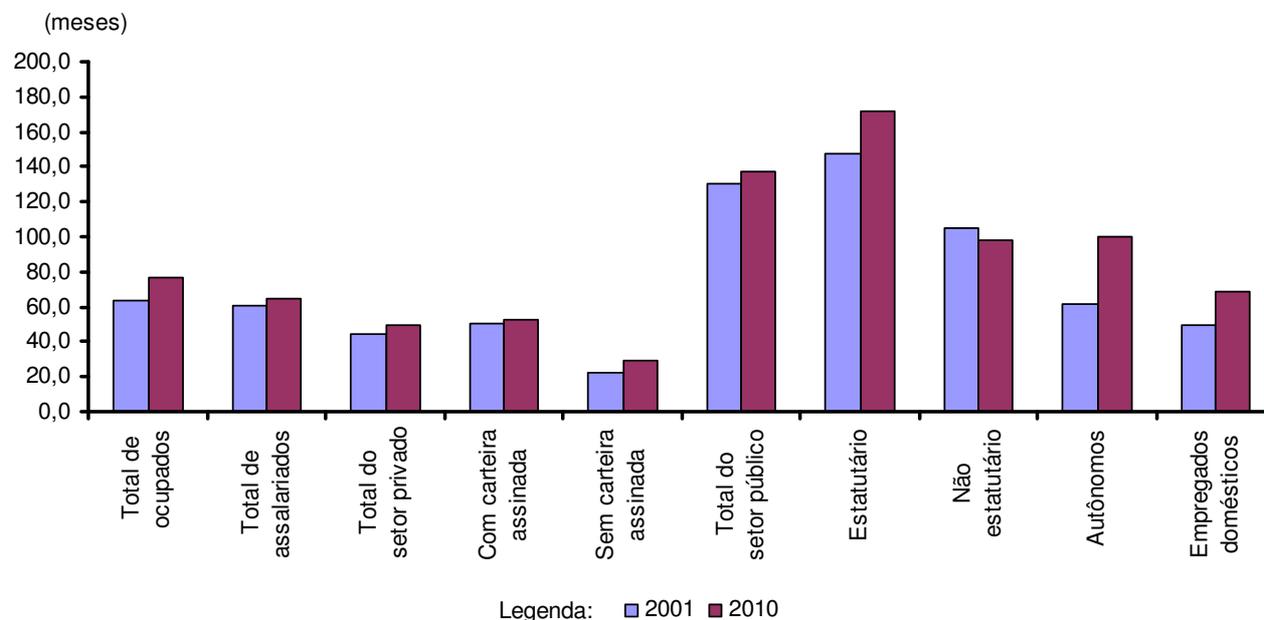
ANOS	ASSALARIADOS (2)									AUTÔNOMOS	EMPREGADOS DOMÉSTICOS
	TOTAL (1)	Setor Privado				Setor Público					
		Total	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Total	Estatutário	Não estatutário			
2001	64,1	60,4	44,8	50,2	22,0	129,8	147,5	104,7	61,8	50,0	
2002	66,0	60,9	45,4	51,0	21,5	128,3	154,5	95,0	69,3	50,9	
2003	67,1	62,4	46,0	51,4	20,2	131,3	157,5	98,4	66,9	51,9	
2004	68,2	63,2	46,8	52,1	22,6	132,6	159,5	98,4	70,4	54,5	
2005	70,4	64,3	48,9	54,0	22,4	134,8	167,1	95,0	74,5	58,4	
2006	72,1	65,0	49,9	55,3	23,3	135,1	168,1	96,6	79,8	61,1	
2007	73,6	66,1	49,8	55,1	24,4	139,2	173,6	97,2	82,9	62,4	
2008	75,0	65,8	49,3	54,1	25,1	141,3	177,1	96,6	85,8	62,2	
2009	77,3	67,0	51,0	55,3	26,9	140,4	175,7	99,9	92,8	62,8	
2010	76,4	64,5	49,1	52,5	29,0	137,4	171,9	98,4	100,0	68,2	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

Tempo de permanência no trabalho atual, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Walter Arno Pichler
Economista e Sociólogo, Pesquisador da FEE

Distribuição da renda familiar *per capita* na Região Metropolitana de Porto Alegre

Desde 2004, o Brasil vem passando por um processo socioeconômico que combina expansão do PIB *per capita* (à exceção de 2009) e retração da desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini. Esse coeficiente é um parâmetro internacional, usado para medir a desigualdade de distribuição de renda, que varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade, e, quanto mais próximo do um, maior é a concentração de renda.

O Brasil é um país conhecido por apresentar uma das mais concentradas distribuições de renda no mundo. Segundo o relatório sobre as cidades latino-americanas feito pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, publicado pela ONU-Habitat em 2012, o Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda, ficando atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia. Além de serem muito elevados, os coeficientes de concentração de renda no País revelaram um processo contínuo de aumento por um longo período. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde o Censo de 1960 até a contagem populacional de 1991, o cálculo do coeficiente de Gini aumentou. Em 1960, o coeficiente foi de 0,497; em 1970, de 0,565; em 1980, de 0,592; e, em 1991, de 0,637. Porém, na primeira década do século XXI, os indicadores de desigualdade têm revelado que a renda está mais equitativamente distribuída. Em 2000, pelo Censo, o coeficiente foi de 0,611, e, em 2010, de 0,575. A mesma tendência ocorreu no Rio Grande do Sul. Pelo Censo de 2000, o Estado ocupava a quinta posição, com um coeficiente de 0,581, e, em 2010, a queda para 0,537 pôs o Estado em segundo lugar no *ranking* nacional, ficando atrás de Santa Catarina (0,497 em 2010). O País, porém, continua como um dos mais desiguais do mundo, longe da média da União Europeia (0,305 em 2010).

O objetivo desta nota é acompanhar a evolução da distribuição da renda familiar *per capita* (RFPC) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), na primeira década do século XXI, e apresentar uma análise descritiva da evolução da distribuição da RFPC na RMPA, no período de 2001 a 2010, utilizando os microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). O rendimento familiar *per capita* é definido como a razão entre o rendimento familiar e o número de componentes na família. Os resultados aqui apresentados buscam refletir a situação do conjunto das pessoas que formam as famílias da Região quanto ao aspecto da

distribuição de seus rendimentos. O gráfico mostra a evolução da distribuição da RFPC, obtida através do cálculo do coeficiente de Gini com os microdados da PED-RMPA. Observa-se que a desigualdade se manteve em queda, praticamente em toda a década, com exceção de 2007, quando o coeficiente cresceu 1,6% (de 0,5030 para 0,5110), mas, durante a década, o coeficiente de Gini apresentou uma queda acumulada de 8,2%. Outro aspecto a destacar é que, em 2001, as pessoas que se encontravam entre os 10% que ganham mais se apropriaram de aproximadamente 45,4% do total da renda, enquanto os 50% que ganham menos detinham 14,7%, conforme se pode observar no gráfico. A razão entre a renda total dos 10% que ganham mais e a renda total dos 50% que ganham menos em 2001 foi de 3,1 vezes, ou seja, as pessoas que compõem os 10% que ganham mais detinham uma renda 3,1 vezes maior que a dos 50% que ganham menos. No final da década, houve um aumento da participação na renda total dos 50% que ganham menos (17,5%) e redução da participação dos rendimentos entre os 10% das famílias que ganham mais (41,4%). Em 2010, 10% das famílias que ganham mais detinham uma renda de 2,4 vezes maior do que a dos 50% que ganham menos.

A média da RFPC dos que ganham menos teve um ganho real de 29,2% na década, e a das famílias que ganham mais teve um crescimento real de apenas 1,2% no mesmo período.

Outro aspecto que contribuiu para a melhor distribuição da renda familiar *per capita* na RMPA é a participação de cada parcela no rendimento total. A PED-RMPA realiza o levantamento de três tipos do rendimento: (a) **a renda do ocupado**, formada pela renda do trabalho principal, pela renda do trabalho adicional e pelos rendimentos de aposentadorias e/ou pensões; (b) **a remuneração do inativo**, formada por pensões e/ou aposentadorias e seguro-desemprego; (c) e **a subsistência do desempregado**, formada pela remuneração de trabalhos ocasionais, por pensões e/ou aposentadorias e seguro-desemprego.

Em 2001, a renda do ocupado correspondeu à maior parte da renda familiar, com 82,5% no total. A participação da remuneração dos inativos ficou em 16,1%, e a subsistência dos desempregados em 1,5%. Já em 2010, a participação da renda dos ocupados continuou correspondendo à maior parte da renda familiar, mas com uma participação menor (77,6%); a participação dos inativos aumentou para 21,6%, e a subsistência dos desempregados caiu

para 0,8%. Ao fazer essa distribuição, levando em conta a RFPC formada pelas várias combinações na composição das remunerações que a PED-RMPA levanta, formaram-se cinco tipos de combinações colocadas a seguir: as famílias que têm como fonte de renda somente a ocupação; as que têm como fonte somente a renda do inativo; as que vivem somente com as formas de subsistência para os desempregados; as famílias que possuem em conjunto a renda do ocupado e a remuneração dos inativos; e as famílias que vivem com o conjunto das demais combinações possíveis de fontes de renda.

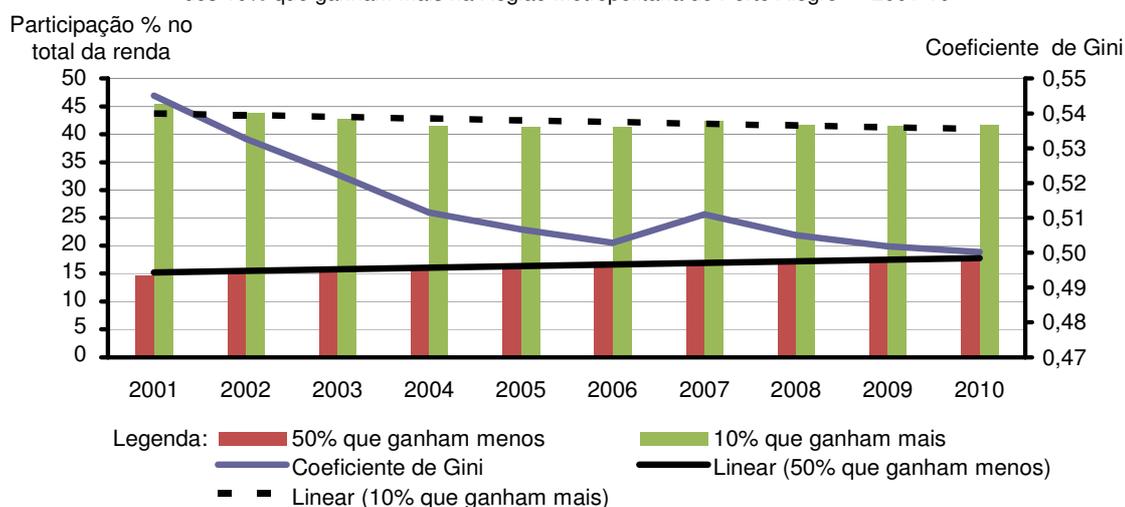
As famílias com renda de até três salários mínimos, em 2001, tinham uma participação de 49,1% do total das famílias da RMPA, eram compostas por 46,7% do número de integrantes e detinham 16,0% da renda da Região. Desse percentual da renda, esse grupo ficou com 14,0% do total da renda do ocupado, 27,1% da remuneração dos inativos, a totalidade da subsistência dos desempregados, 9,8% da composição da renda dos ocupados e da remuneração dos inativos e 37,4% do total dos outros tipos de combinações. Já em 2010, verificou-se que as famílias com até três salários mínimos constituíam 69,7% do total das famílias, continham 68,3% dos membros e que a participação na renda mais que dobrou, passando de 16,0% no início da década para 35,0% em 2010.

Por outro lado, as famílias que ganhavam 10 ou mais salários mínimos, em 2001, constituíam 21,0% do total das famílias, 22,1% das pessoas e recebiam 59,1% da renda total. Essas famílias ficaram com 61,0% do total da renda dos ocupados, 49,4% da remuneração dos inativos, 65,4% da renda dos ocupados e da remuneração dos inativos, e 32,4% do total dos outros tipos de combinações. Ao contrário das famílias que ganham menos, essas

tiveram quedas em todas as participações. Em 2010, essas famílias constituíam 7,9% do total das famílias, 7,9% dos integrantes, recebiam 33,2% da renda total e ficavam com 35,0% do total da renda dos ocupados, 28,6% da remuneração dos inativos, 32,8% da renda dos ocupados e da remuneração dos inativos, e com 12,4% do total dos outros tipos de combinações. Outro fator que pode auxiliar na explicação da melhora da distribuição da RFPC na RMPA pode ser o comportamento da renda média familiar *per capita* das famílias que compunham 50% das famílias que ganhavam menos e os 10% das que ganhavam mais entre 2001 e 2010. Os 50% das famílias que ganhavam menos tiveram um ganho real de 26,5% nesse período, e os 10% das famílias que ganhavam mais ficaram estáveis (-0,1%) entre o primeiro e o último ano da década.

Concluindo, os dados da PED-RMPA permitem verificar que a Região Metropolitana de Porto Alegre atingiu, em 2010, sua menor desigualdade de renda na década. Embora a Pesquisa não faça o levantamento de outros tipos de renda, como juros, lucros e aluguéis, mas com os dados disponíveis de renda, também apontou outros sinais de queda na desigualdade, como a distância entre as famílias que ganham mais das que ganham menos, a redução na renda das 10% que ganham mais e o aumento da massa das remunerações dos 50% das famílias que ganham menos. A Região, porém, continua com um coeficiente longe da média da União Europeia e, principalmente, de países como Suécia (0,250), Noruega (0,258), Finlândia (0,269) e Alemanha (0,283). Se a redução do coeficiente de Gini continuar nesse ritmo de queda (-1,3% ao ano), serão necessários mais 18 anos para se chegar ao nível de 0,400, ou mais 40 anos para se alcançar o nível de 0,300.

Participação no total da renda, coeficiente de Gini e tendência linear dos 50% que ganham menos e dos 10% que ganham mais na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FORNE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

André Luiz Leite Chaves
Economista, Pesquisador da FEE

Envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno universal, característico tanto dos países desenvolvidos como, de modo crescente, dos não desenvolvidos. Esse processo, que vem manifestando-se de forma rápida, porém distinta, entre os países ricos e pobres, traz grandes desafios para as políticas públicas, tanto em garantir a continuidade do desenvolvimento econômico e social, quanto em assegurar a equidade entre os grupos etários na participação dos recursos e do bem-estar social.

Nos países desenvolvidos, esse fenômeno deu-se de forma gradual, ao longo de mais de um século, acompanhado de um processo socioeconômico favorável e da consequente melhoria das condições de vida da população, que contou com um amplo sistema de proteção social. No entanto, esses países apresentam hoje intensas limitações na sustentabilidade financeira desse mesmo sistema de proteção social, em razão da forte elevação do contingente idoso, decorrente das baixas taxas de fecundidade e mortalidade. Países como a Alemanha e o Japão, por exemplo, já apresentam um crescimento negativo de sua população, havendo, em consequência, um encolhimento da força de trabalho, ampliando a razão de dependência. Cabe ressaltar ainda que, em alguns países, é o componente migratório que vem tendo papel importante no crescimento populacional.

Ao contrário, nos países em desenvolvimento, o processo de envelhecimento vem ocorrendo rapidamente, num ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em especial para os idosos. Nesses países, a proteção social em geral sempre foi precária, não atingindo o conjunto da população. No caso do Brasil, o desafio mais imediato ainda é o da inclusão de milhões de trabalhadores que estão na informalidade e, portanto, não contribuem para o sistema previdenciário. O aumento crescente do contingente idoso levará, em futuro próximo, caso não sejam tomadas imediatas providências, ao esgotamento desse sistema.

O processo de envelhecimento da população brasileira, que vem ocorrendo intensamente nos últimos anos, em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — fecundidade e mortalidade — determinou importantes transformações na composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), aumentando a proporção de pessoas adultas com 40 anos ou mais. Tal segmento, em período recente, passou a representar a parcela mais importante do conjunto de trabalhadores, interpondo novos desafios às políticas

públicas e sociais. Note-se que os segmentos mais jovens, o de 10 a 24 anos e o de 25 a 30 anos, vêm apresentando diminuição em suas participações. No entanto, o País ainda apresenta condições demográficas favoráveis, manifestas no chamado “bônus demográfico”, as quais indicam aumento da População em Idade Ativa (PIA) e, conseqüentemente, daquela que constitui a força de trabalho. A intervenção do Estado em políticas adequadas, que visem, antes de tudo, ao crescimento econômico e ao conseqüente aumento do nível de emprego, torna-se imprescindível para o aproveitamento da mão de obra disponível e o enfrentamento dos desafios gerados pela transição demográfica. Tudo indica, todavia, que muitas das oportunidades já foram perdidas, devido ao fato de as políticas apropriadas não terem sido implementadas em tempo hábil. Um exemplo refere-se à baixa qualidade do ensino, nos níveis fundamental e médio, oferecido aos jovens brasileiros, os quais estão hoje às vésperas de ingressar no mercado de trabalho.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) para os anos de 1993 e 2012 mostram que, neste último ano, os adultos com 40 anos ou mais compunham 42,7% da População Economicamente Ativa, estando 12,6 pontos percentuais acima da parcela registrada em 1993. Com isso, esse segmento, a partir do ano de 2003, passou a representar o grupo majoritário na PEA, ultrapassando a proporção observada entre os indivíduos adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos, os quais, tradicionalmente, detinham a maior parcela na PEA. Os contingentes mais jovens, os de 10 a 24 anos e os de 25 a 39 anos, apresentam quedas de 7,5 e de 5,1 pontos percentuais, respectivamente, no mesmo período. Considerando, ainda, a estimativa da população com 40 anos ou mais, tal evolução representa um incremento de 88,8% (382 mil pessoas), totalizando 812 mil indivíduos, de um total de 1.904 mil pessoas na PEA, em 2012.

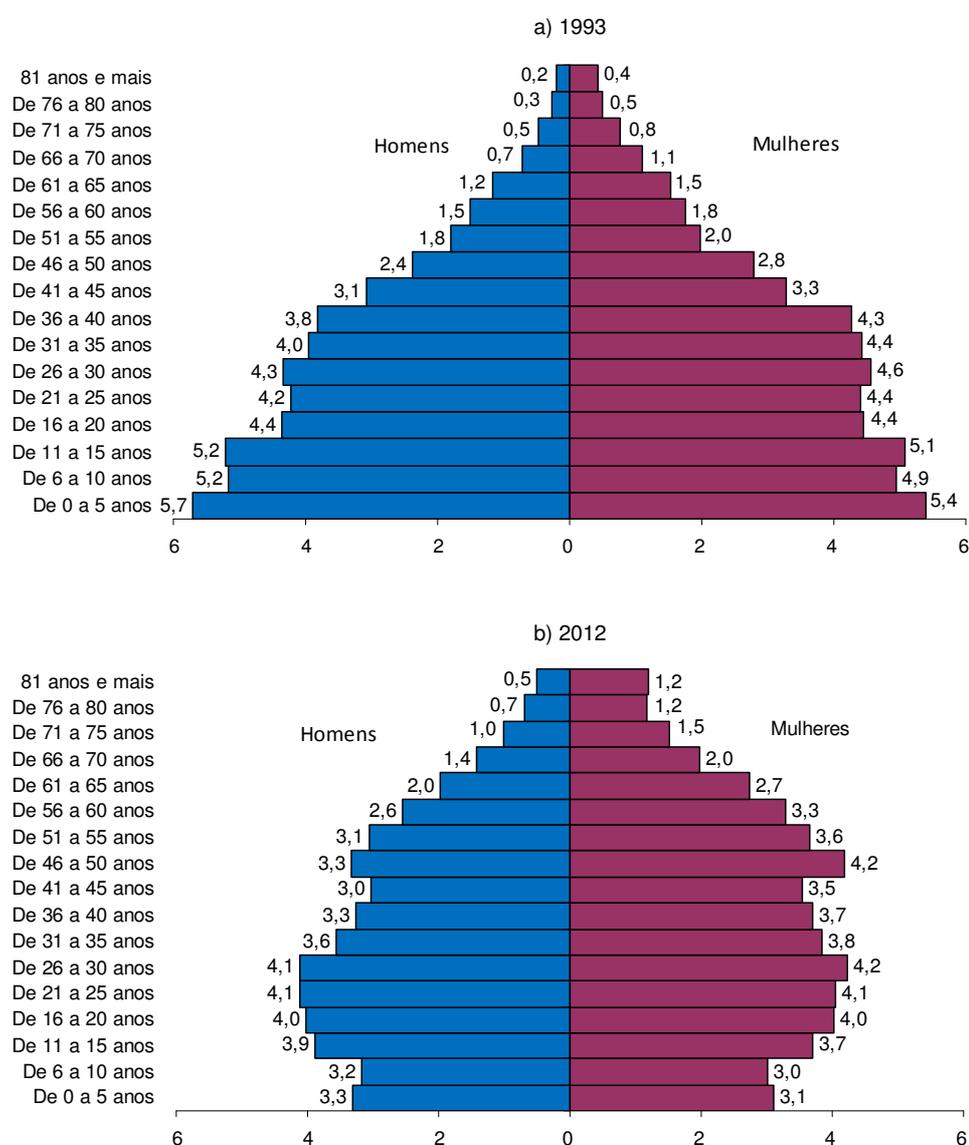
A par das alterações na esfera demográfica, é importante considerar a mudança de rumos da atividade econômica, sustentada por uma modernização produtiva através de tecnologias e técnicas organizacionais inovadoras, que demandam do trabalhador uma nova postura que exige tanto a aquisição de novos conhecimentos, quanto a existência de habilidades que são essenciais na integração ao processo produtivo. Nesse novo contexto, a qualificação passa a ser palavra de ordem no mercado de trabalho, exigindo como pré-requisito um nível de escolaridade mais elevado. Esse modelo atinge in-

discriminadamente todos os trabalhadores, ficando, no entanto, mais difícil a adaptação às novas mudanças por parte dos indivíduos com mais idade, inseridos, ao longo da vida profissional, em um modelo distinto de organização do trabalho, que não requeria essa maior qualificação. Além disso, eles terão que competir com os trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho, os quais já adquiriram uma formação mais voltada à nova realidade e às novas tecnologias.

Nesse contexto, a capacitação da força de trabalho torna-se um requisito essencial na conquista do equilíbrio social, econômico e intergeracional. A qualificação intelectual, técnica e profissional, atra-

vés da educação dos níveis básico e médio de qualidade, devem constituir-se como prioridade das políticas definidas à população jovem, uma vez que os jovens de hoje serão aqueles que terão que sustentar, no futuro próximo, o contingente de idosos. Por sua vez, a (re)qualificação profissional e a valorização do indivíduo no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem constituir-se como prioridade das políticas voltadas à força de trabalho madura, com o objetivo de uma maior absorção dessa mão de obra e de obter melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social, ampliando sua incorporação ao sistema de proteção social.

Pirâmides etárias dos moradores da Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2012



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
NOTA: Os dados têm como base o total de moradores.

Norma Herminia Kreling
Socióloga, Pesquisadora da FEE

Desigualdades de gênero no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

Os mecanismos discriminatórios que acompanham a inserção das mulheres na sociedade, assentados numa relação social desigual e hierarquizada entre os sexos, foram transferidos para as relações de trabalho concomitantemente ao crescente avanço da presença feminina na força de trabalho. O processo de construção do sujeito feminino trabalhador é marcado, desde sua origem, pelas características de submissão e de dependência em relação aos homens. Esses valores culturais tradicionais mantêm seus efeitos na inserção ocupacional das mulheres, resultando em maior exposição ao desemprego, maior tempo de procura por trabalho, inserção majoritária em ocupações com menores possibilidades de carreira e com menor *status*, menor tempo de permanência no posto de trabalho e rendimentos médios reais inferiores aos dos homens.

As desigualdades sociais e os mecanismos que as geram subsistem com tal tenacidade que sua superação vem dando-se muito lentamente, demandando um esforço permanente de monitoramento e de intervenção. No enfrentamento dessa questão, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao desenvolver o conceito de trabalho decente, estabeleceu uma agenda internacional, à qual o Brasil aderiu em 2006, objetivando metas e mecanismos de eliminação do déficit de trabalho decente nos países signatários.

Segundo a OIT,

[...] por trabalho decente entende-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, seguridade e dignidade humana¹.

A noção de igualdade é, portanto, um elemento central na Agenda de Trabalho Decente e, ainda conforme a OIT,

[...] para atingir esse objetivo, deve-se dar uma especial atenção às mulheres trabalhadoras, já que estas se encontram em desvantagem em muitos aspectos.

O presente texto propõe-se a observar o comportamento de indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) sob o enfoque da equidade de gênero no período de 1993 a 2012, décadas marcadas por conjunturas muito diversas — de reestruturação da economia e precarização da inserção laboral nos anos 90, e de crescimento econômico e (re)estruturação do mer-

cado de trabalho a partir de 2000. A base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) constitui a fonte das informações.

Ao encerrar o século XX, em que pesem muitos avanços e a expressiva presença das mulheres no mercado de trabalho, praticamente todos os indicadores do mercado de trabalho ainda expressavam uma inserção laboral feminina em clara desvantagem frente à força de trabalho masculina. Inclusive, nos anos 90, os efeitos nocivos do processo de precarização do mercado de trabalho recaíram de forma especial sobre a mão de obra feminina, ampliando sua participação no contingente de trabalhadores desempregados e sua inserção em ocupações a descoberto dos padrões vigentes de proteção legal e previdenciária.

A partir de 2000, o mercado de trabalho regional refletiu os resultados positivos da economia nacional, principalmente no que tange à geração de ocupações e conseqüente redução dos níveis de desemprego. O nível ocupacional cresceu 23,3% entre 2000 e 2012, e o desemprego diminuiu 53,5%, situando-se no menor patamar da série histórica anual da PED-RMPA, com a taxa de 7,0% em 2012. O rendimento médio real dos ocupados teve uma elevação de 2,3% no período, atingindo R\$ 1.340 no último ano. Esses resultados, quando observados sob a ótica de gênero, desvendam realidades diversas para homens e mulheres, com resultado mais favorável às mulheres em alguns indicadores, reduzindo os níveis de desigualdade. Em outros, todavia, as diferenças acentuaram-se.

Por exemplo, a taxa de participação feminina — percentual da população em idade de trabalhar que se encontra de fato engajada no mercado de trabalho na condição de ocupada ou desempregada —, que havia crescido em relação ao início da série em estudo, teve um recuo, embora menor que o observado na taxa masculina, o que permitiu o estreitamento do hiato entre ambas. Esse indicador passou de 44,5% da População em Idade Ativa (PIA) feminina em 1993 para 49,7% em 2000, para então recuar para 49,4% em 2012. A taxa masculina vem mostrando recuo desde o início do período estudado: em 1993, essa taxa era de 70,7% da PIA masculina, encerrou os anos 90 com 69,8%, reduzindo-se ainda mais a partir de 2000 (65,7% em 2012). Como resultado, a diferença de engajamento no mercado de trabalho, que, em 1993, era 37,1% menor para as mulheres em relação aos homens, passou a ser de -24,8% em 2012.

¹ Trabajo decente y equidad de género en América Latina. ABRAMO, Lais (Editora). Santiago: OIT, 2006.

A taxa de ocupação refletiu a piora do mercado de trabalho para ambos os sexos nos anos 90, com efeitos mais intensos sobre a PEA feminina. Dessa forma, a razão entre as taxas, que era de -4,0% para as mulheres em 1993, aumentou para -6,3% em 2000. No período seguinte, em decorrência da retomada do crescimento ocupacional, esse indicador aumentou tanto para homens como para mulheres. A taxa de ocupação feminina passou de 80,4% da PEA feminina em 2000 para 91,8% em 2012, enquanto a dos homens passou de 85,8% para 94,0% da PEA masculina no mesmo período. Com isso, a diferença entre as taxas de ocupação diminuiu para -2,3% em 2012.

Associado à expansão ocupacional, o crescimento do tempo médio de permanência no posto de trabalho foi um dos aspectos positivos a partir de 2000, como garantia de maior estabilidade laboral. Embora observado tanto entre os homens como entre as mulheres, o incremento nesse indicador foi maior para os homens: em 2000, era de 66 meses para os homens e de 60 para as mulheres, ampliando-se para 82 e 69 meses, respectivamente, em 2012. Em decorrência, a diferença relativa entre os sexos diminuiu, passando de -15,2% em 2000 para -13,3% em 2012.

O desemprego, por sua vez, viveu uma intensa trajetória de crescimento nos anos 90, atingindo taxas muito elevadas (14,2% para os homens e 19,6% para as mulheres em 2000). No período que se segue, o crescimento ocupacional, sustentado principalmente pela geração de empregos assalariados regulamentados, permitiu uma trajetória de redução das taxas de desemprego, trazendo-as aos menores patamares de toda a série. Esse movimento afetou de forma especial as mulheres, embora essas venham mantendo-se como maioria en-

tre os desempregados. A taxa de desemprego feminina passou de 19,6% da respectiva PEA em 2000 para 8,2% em 2012. A taxa masculina, por sua vez, passou de 14,2% em 2000 para os 6,0% verificados em 2012. Esses movimentos permitiram reduzir o diferencial existente entre as taxas: a feminina era 38,0% maior que a dos homens em 2000 e passou a ser 36,7% maior em 2012.

Por fim, cabe examinar um dos indicadores mais expressivos dos processos discriminatórios na inserção laboral, qual seja, o rendimento do trabalho. Embora seja dos indicadores que mais lentamente tem reduzido os níveis de desigualdade, o rendimento do trabalho, comparação entre 2000 e 2012, cresceu apenas para as mulheres, diminuindo para os homens. Como consequência, o diferencial de rendimento entre os sexos diminuiu. Em 2000, as mulheres percebiam rendimentos 31,7% menores do que o dos homens (com valores de R\$ 1.773 para os homens e R\$ 1.204 para as mulheres). Com a evolução desse indicador no período mais recente, em 2012 o rendimento auferido pelas mulheres era 26,1% menor que o dos homens (R\$ 1.776 para os homens e R\$ 1.313 para as mulheres).

As informações analisadas revelam alguns avanços importantes, especialmente no que tange à ampliação da ocupação feminina e à redução do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres. No entanto, a conjuntura de crescimento econômico e de (re)estruturação do mercado de trabalho não foi capaz de garantir uma efetiva promoção da equidade de gênero no espaço laboral, haja vista a permanência de níveis ainda elevados de desigualdade, especialmente expressos nas taxas de desemprego, no tempo médio de permanência na ocupação e, inclusive, nos rendimentos.

Taxa de participação e de desemprego, taxa de ocupação, tempo médio de permanência no trabalho e rendimento médio real, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993, 2000 e 2012

INDICADORES	1993			2000			2012		
	Homens	Mulheres	Diferença Relativa	Homens	Mulheres	Diferença Relativa	Homens	Mulheres	Diferença Relativa
Taxa de participação (%)	70,7	44,5	-37,1	69,8	49,7	-28,2	65,7	49,4	-24,8
Taxa de desemprego (%)	10,7	14,3	33,6	14,2	19,6	38,0	6,0	8,2	36,7
Taxa de ocupação (%)	89,3	85,7	-4,0	85,8	80,4	-6,3	94,0	91,8	-2,3
Tempo de permanência no trabalho (meses)	66	56	-15,2	66	60,0	-9,0	83	72	-13,3
Rendimento médio real (R\$)	1.642	1.072	-34,7	1.773	1.204	-31,7	1.776	1.313	-26,1

FONTES: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./12.

Irene Galeazzi
Socióloga, Pesquisadora da FGTAS

A inserção dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

O objetivo deste texto é o de analisar a inserção da população negra no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período de 1993 a 2012, com base nos dados coletados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a qual sistematiza informações dos principais indicadores do mercado de trabalho. Para compor a população negra, foram agrupados os indivíduos classificados como pretos e pardos.

O contingente total de negros no total da População em Idade Ativa (PIA) — ou seja, entre as pessoas consideradas aptas para trabalhar, com 10 anos e mais de idade — passou de 323 mil indivíduos em 1993 para 433 mil em 2012. O crescimento foi de 34,1% nesse período, porém a participação relativa manteve-se praticamente estável, passando de 12,9% para 13,0% do total. Quanto à inserção dos negros na População Economicamente Ativa (PEA) — parcela da PIA que está ocupada ou desempregada —, estes eram 188 mil (13,2% do total da PEA em 1993) e passaram para 243 mil (12,8% em 2012). A variação no período foi de 29,3%, mas, quanto à participação, essa apresentou uma leve redução.

A População Economicamente Ativa negra está concentrada na faixa etária de 16 a 49 anos, com incidência maior na faixa de 25 a 39 anos. A composição da PEA dos negros por escolaridade também apresentou importantes mudanças, acompanhando o que ocorreu para a população como um todo. Assim, aumentaram as parcelas relativas no ensino fundamental completo a médio incompleto, de 20,2% para 26,2%, e no ensino médio completo a superior incompleto, de 12,9% para 38,0%, ao passo que se reduziram no ensino fundamental incompleto, de 59,9% para 30,2%, no período em estudo. Comportamento semelhante foi observado para a população não negra.

Quanto à taxa de participação — que corresponde à proporção das pessoas em idade ativa que compõem o mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas —, esta passou de 58,2% em 1993 para 56,1% em 2012, com uma variação negativa de 3,6%. A maior participação dos negros em relação aos não negros na PEA inverteu-se a partir de 2005, quando os negros passaram a apresentar uma taxa de participação menor do que a dos não negros.

No período 1993-2012, o número de negros ocupados elevou-se de 157 mil para 221 mil, variação de 40,8% para essa base comparativa, porém a participação dos mesmos apresentou uma relativa estabilidade, passando de 12,5% para 12,3% do total de ocupados, ou seja, ao longo dos últimos 20 anos, houve uma leve redução da inserção dos negros no mercado de trabalho.

Por sua vez o contingente de desempregados negros, que era de 32 mil, reduziu-se para 25 mil, resultando numa queda de 21,9% para o período. Entre os não negros, a redução foi percentualmente maior, de 23,9%. E a distribuição do desemprego entre negros e não negros apresentou elevação para os negros, de 18,2% para 19,1%. Cabe destacar que os negros estão sobre-representados no contingente em desemprego, haja vista que, enquanto sua parcela na PIA era de 13,0% em 2012, estes atingiram 19,1% do total de desempregados no mesmo ano, evidenciando que esse segmento encontra maiores dificuldades para obter uma oportunidade de trabalho.

A taxa de desemprego total para os negros reduziu-se de 16,8% em 1993 para 10,5% em 2012, enquanto a dos não negros passou de 11,5% para 6,5% no mesmo período (variação de -37,5% para os negros e de -43,5% para os não negros). Como se pode observar, para o período analisado, a taxa de desemprego sofreu uma redução menor entre os negros do que para não negros, acentuando-se as desigualdades entre os dois grupos e a manutenção da taxa de desemprego mais elevada para os indivíduos negros. Na análise por sexo, pode-se verificar que as mulheres negras aparecem com a pior situação: embora a taxa de desemprego tenha diminuído de 17,6% para 12,1% entre 1993 e 2012, estas continuam com uma taxa maior que no recorte por sexo e raça/cor, o que pode significar que sofrem uma dupla discriminação, por serem mulheres e por serem negras.

Outro aspecto que revela a situação dos negros no mercado de trabalho é o referente aos rendimentos. Não obstante os negros auferirem rendimentos inferiores aos dos não negros, a análise dos dados da PED-RMPA mostra um comportamento mais favorável aos negros. De fato, o rendimento médio real passou de R\$ 908 em 1993 para R\$ 1.139 em 2012 — variação de 25,4% —, enquanto, entre os não negros, os rendimentos passaram de R\$ 1.484 para R\$ 1.626 — variação de 9,6%. Os dados dos últimos 20 anos revelam,

portanto, um avanço nos ganhos dos negros bem mais elevado do que para não negros, reduzindo a diferença de rendimentos entre esses dois segmentos de trabalhadores.

O conjunto de indicadores sobre a inserção dos negros no mercado de trabalho, no período 1993-2012, evidenciou trajetórias ainda desiguais em relação aos não negros. Embora se observem alguns avanços, como uma melhoria nos níveis de escolaridade, redução da taxa de desemprego e aumento dos rendimentos, ainda assim a ascensão para os mesmos encontra obstáculos, muitos deles

decorrentes de questões tanto econômicas como sociais. Embora a sua participação seja bastante significativa na formação da força de trabalho, pois ingressam ainda jovens e deixam o mercado de trabalho com mais idade, nem sempre conseguem uma ocupação mais qualificada, convivendo com situações de desemprego e de informalidade. Além disso, embora sua remuneração tenha-se elevado relativamente mais do que a dos não negros, os negros continuam recebendo menos e, com isso, situando-se nas faixas de rendimentos mais baixas do mercado de trabalho.

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, por raça/cor, da Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2012

DISCRIMINAÇÃO	1993	2012	$\Delta\% \frac{2012}{1993}$	DISTRIBUIÇÃO %	
				1993	2012
PIA (1.000 pessoas)					
Negros	323	433	34,1	12,9	13,0
Não negros	2.181	2.907	33,3	87,1	87,0
PEA (1.000 pessoas)					
Negros	188	243	29,3	13,2	12,8
Não negros	1.240	1.661	34,0	86,8	87,2
Taxa de participação (%)					
Negros	58,2	56,1	-3,6	-	-
Não negros	56,9	57,1	0,4	-	-
Ocupados (1.000 pessoas)					
Negros	157	221	40,8	12,5	12,3
Não negros	1.097	1.550	41,3	87,5	87,7
Desempregados (1.000 pessoas)					
Negros	32	25	-21,9	18,2	19,1
Não negros	142	108	-23,9	81,8	80,9
Taxa de desemprego (%)					
Negros	16,8	10,5	-37,5	-	-
Não negros	11,5	6,5	-43,5	-	-
Rendimento médio real (R\$) (1)					
Negros	908	1.139	25,4	-	-
Não negros	1.484	1.626	9,6	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Negros abrangem pretos e pardos; não negros abrangem brancos e amarelos.

(1) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./2012.

Dulce Helena Vergara
Economista, Pesquisadora da FEE

Os jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

A análise sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho é uma questão recorrente na literatura, especialmente em razão de algumas características que são peculiares ao segmento, como a taxa de desemprego elevada em comparação à dos adultos, o alto número de jovens que não estudam nem trabalham e a fragilidade da ocupação para esse grupo populacional. Dada a relevância desse tema na definição de políticas públicas de inserção e qualificação profissional, este trabalho procura analisar as principais mudanças no segmento dos jovens do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ao longo dos últimos 20 anos (1993-2012), através da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Para propósitos de análise, são considerados jovens os indivíduos do segmento populacional de 16 a 24 anos¹, o qual foi, ainda, dividido em dois subgrupos, 16 e 17 anos (jovens adolescentes) e de 18 a 24 anos (jovens adultos).

Nestes 20 anos de existência da PED-RMPA, a população jovem cresceu até 2004, quando atingiu 615 mil indivíduos. Contudo, a partir de 2005, esse segmento da população passou a declinar, situando-se em 552 mil indivíduos, em 2012. Pode-se atribuir esse comportamento ao processo de transição demográfica em andamento no Brasil, em que se verifica um aumento da população de idade mais avançada em relação ao segmento jovem, conduzindo a uma mudança na estrutura etária da população. Relacionado a isso, a proporção dos jovens na População em Idade Ativa (PIA), após ter-se mantido relativamente estável, ao redor de 20,0%, entrou em uma trajetória declinante a partir de 2005, atingindo o nível mais baixo da série histórica, de 16,2%, em 2011.

Por sua vez, a distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) por faixas etárias mostra um decréscimo da participação dos jovens nos últimos 20 anos, que caiu de 23,9% para 19,1%. Em termos absolutos, após passar por um crescimento, a PEA entrou em um movimento de declínio, mas demonstrou certa retomada em 2012, situando-se em um patamar superior ao início da Pesquisa (respectivamente, 364 mil e 341 mil pessoas). Constatase

que esse aumento absoluto ao longo do período deveu-se, exclusivamente, ao crescimento da PEA entre os jovens adultos, que passou de 281 mil para 321 mil indivíduos entre 1993 e 2012, pois, entre os jovens adolescentes, houve redução do contingente, de 60 mil para 43 mil indivíduos no período.

Desagregando-se a PEA jovem por sexo, os dados mostram um pequeno aumento da proporção de mulheres, que passaram de 43,4% para 46,2% na comparação entre 1993 e 2012. Tal constatação está relacionada ao fato de que houve um crescimento absoluto de 20 mil mulheres na força de trabalho, bastante superior ao incremento de 3 mil homens, no período. Levando em consideração a composição da PEA entre os jovens adolescentes e os jovens adultos, em ambos os casos, a participação masculina retrocedeu frente à feminina. Para os homens, a proporção relativa na PEA contraiu-se tanto entre os adolescentes, de 60,0% para 52,4%, como entre os jovens adultos, de 55,9% para 54,0%.

Outro indicador de relevância no mercado de trabalho dos jovens da RMPA é a taxa de participação, a qual, após manter-se relativamente constante, em torno de 70%, registrou um decréscimo em 2012, ficando em 66,0%. Entre os jovens adultos, a taxa de participação recuou levemente, de 75,7% para 74,9%, entre 1993 e 2012, ao passo que, no segmento dos adolescentes, houve uma queda bastante intensa da taxa de participação, tendo passado de 52,8% para 34,8% respectivamente. Considerando-se que, nessa faixa etária, os jovens adolescentes conciliam escola e trabalho, a queda na taxa de participação pode ser atribuída a um maior tempo dedicado à escola, tendo como um dos condicionantes a valorização da educação formal, especialmente em virtude do aumento dos requisitos de escolaridade para a entrada no mercado de trabalho. Contribui para esse fenômeno, adicionalmente, a queda do desemprego entre os chefes do domicílio, o que permite aos jovens adiar o ingresso no mercado de trabalho, em decorrência da melhoria socioeconômica da estrutura familiar.

Um dos aspectos interessantes envolvendo a taxa de participação diz respeito à desagregação segundo o sexo: enquanto, para os homens, a taxa de participação declinou de 81,1% para 70,9%, para as mulheres expandiu-se de 59,9% para 61,0% entre 1993 e 2012. Isso demonstra que, apesar de a participação dos homens jovens manter-se relativamente mais elevada do que a das mulheres jovens, diminuiu o diferencial entre os sexos ao longo dos anos. Essa nova conjuntura reflete um aumento do

¹ A Organização das Nações Unidas (ONU) define o segmento juvenil como os indivíduos situados na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Neste trabalho, são considerados os jovens em idade de trabalhar, isto é, os indivíduos da parcela demográfica com idade entre 16 e 24 anos, sendo o limite inferior definido como a idade mínima legal estabelecida no Brasil para a participação no mercado de trabalho.

contingente de mulheres incorporado ao mercado de trabalho e que vem impactando positivamente a diminuição da desigualdade de gênero na força de trabalho.

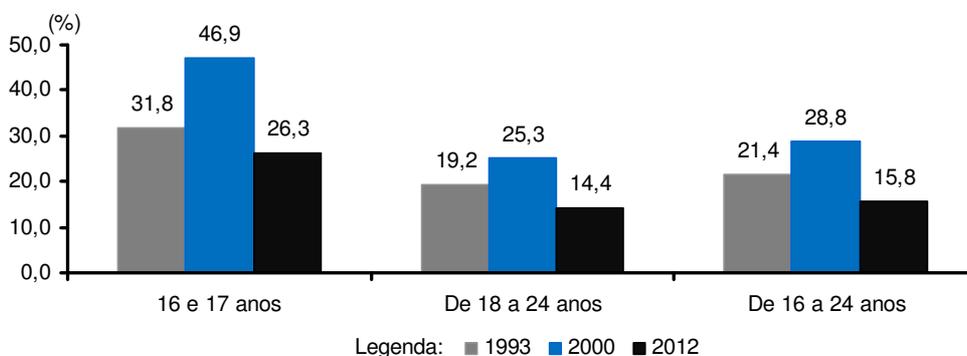
O processo de transição dos jovens para a vida adulta é marcado pela passagem do ambiente escolar para a inserção no mercado de trabalho. Analisando-se os jovens que se encontravam na situação de ocupados na RMPA, houve uma mudança relevante no nível de escolaridade nas últimas duas décadas. Os jovens com escolaridade fundamental incompleta, que representavam 46,3% em 1993, passaram a representar 12,1% dos ocupados jovens em 2012, enquanto o grupo com ensino médio completo a superior incompleto mais do que dobrou sua participação, de 25,0% para 54,7%, no mesmo período. Essa situação mostra o ingresso de um jovem mais escolarizado no mercado de trabalho da RMPA, em comparação com aquele do início dos anos 90. Ressalta-se que, entre os ocupados jovens, as mulheres continuam sendo mais escolarizadas do que os homens, sendo que 49,6% delas possuíam o ensino médio completo a superior incompleto em 2012, enquanto, entre eles, a participação situou-se em 41,7%. É relevante, ainda, o fato de que os jovens apresentam um comportamento peculiar em relação à escolaridade, pois uma parte desse grupo já deveria ter concluído o ensino médio ou superior, porém constata-se a existência de uma alta defasagem idade-série nesse segmento. Um indicativo dessa situação na RMPA é o percentual elevado de ocupados jovens que permaneciam, em 2012, no ensino fundamental, isto é, em um nível de educação formal incompatível com sua idade.

Em relação à frequência à escola e a participação do segmento juvenil no mercado de trabalho, entre 1993 e 2012, ampliou-se a parcela daqueles que somente se dedicam aos estudos (14,6% para 22,8). No grupo dos adolescentes, a participação

dos que somente estudam se ampliou no mesmo período (de 34,7% para 58,7%) e passou a representar a maior parte desse contingente. Apesar disso, em 2012, 11,2% dos jovens não estudavam nem trabalhavam na Região. Entre os jovens adultos, a maior proporção está concentrada entre os que estudam e trabalham e os que somente trabalham, mas percebe-se uma presença maior da parcela envolvida em atividades de estudo. No segmento juvenil dos que somente estudam, as mulheres jovens tem uma participação maior em relação aos homens, enquanto, entre os que apenas cuidam dos afazeres domésticos, somente elas possuem representação nessa faixa. De modo geral, verificam-se algumas características de adiamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

Destaque-se que o segmento juvenil é reconhecido como sendo exposto a condições mais precárias de inserção no mercado de trabalho. Essa maior fragilidade pode ser inferida, por exemplo, pelo alto nível de desemprego no grupo, bastante superior ao dos outros trabalhadores. Conforme os dados da PED, a taxa de desemprego entre os jovens na RMPA foi de 15,8% em 2012 (gráfico), mais do que o dobro da verificada na média do mercado de trabalho. Apesar do patamar elevado, considerando as últimas duas décadas, a taxa recuou 26,2% frente ao nível de 1993 e expressivos 45,1% em comparação com o ano 2000. A mudança demográfica mencionada anteriormente contribuiu para que a oferta de trabalho do segmento juvenil não se constituísse em uma fonte de pressão sobre o mercado de trabalho, sendo um dos fatores que favoreceram a redução do desemprego entre os jovens, além da retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho com o crescimento do emprego formal e queda do desemprego, verificada em nível tanto nacional como regional.

Taxas de desemprego, por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993, 2000 e 2012



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Bruna Kasprzak Borges
Economista, Pesquisadora da FEE

Mercado de trabalho do Município de Porto Alegre no período 1993-2012

Ao se examinarem os principais indicadores do mercado de trabalho da Pesquisa de Emprego e Desemprego dos residentes no Município de Porto Alegre, no período 1993-2012, é possível identificar inúmeras diferenças de comportamento entre os anos relativos à última década do século XX e os do novo século, que se iniciou em 2001.

Em termos demográficos, a População em Idade Ativa (PIA) — indivíduos com 10 anos ou mais de idade — de Porto Alegre evidenciou um ritmo de crescimento médio anual mais elevado no período 1993-2000 (1,4%), em comparação com 2001-2012 (0,9%), o que está de acordo com o processo mais geral de redução do crescimento populacional do País. Ao se cotejar 1993 com 2012, constata-se que ocorreu um acréscimo de 231 mil pessoas na PIA do Município.

No âmbito do mercado de trabalho de Porto Alegre, a População Economicamente Ativa (PEA) registrou crescimento médio anual de 1,9% no período 1993-2000 e de 0,6% em 2001-2012 — ou seja, ocorreu forte desaceleração do ritmo de crescimento da força de trabalho do Município neste segundo período. Com base nesses movimentos, a PEA de Porto Alegre teve um aumento absoluto de 124 mil pessoas na comparação de 1993 com 2012.

Em consonância com a evolução da PIA e da PEA de Porto Alegre, acima esboçada, a taxa de participação — indicador que corresponde à proporção da PIA que se encontra ocupada ou desempregada — situava-se em 56,4% em 1993, elevou-se para 58,2% em 2000 e, posteriormente, em 2012, declinou, atingindo 55,9%, valor inferior ao verificado no primeiro ano da série da Pesquisa, o que representa uma redução do grau de engajamento da PIA no mercado de trabalho do Município.

O desempenho do nível ocupacional de Porto Alegre indica uma leve superioridade do período 2001-2012 em comparação ao período 1993-2000: enquanto, no primeiro, a taxa de crescimento média anual do estoque de ocupados foi de 1,3%, no segundo foi de 1,2%. Na medida em que essas *performances* estão muito próximas, isso significa — como será visto a seguir — que a importante redução da incidência do desemprego no período de 2001 a 2012 é explicada, em parte, pelo forte declínio do ritmo de crescimento da força de trabalho da cidade. Ao se comparar 1993 e 2012, observa-se um incremento do nível ocupacional de 145 mil indivíduos.

Uma diferença absolutamente importante entre os períodos 1993-2000 e 2001-2012 diz respeito à capacidade de geração de empregos com registros formais no setor privado de Porto Alegre. No período 1993-2000, o crescimento médio anual do emprego com carteira de trabalho assinada foi muito baixo (0,5%), com um acréscimo ínfimo de 7 mil pessoas empregadas na comparação do primeiro com o último ano. De maneira distinta, de 2001 a 2012, o crescimento médio anual do emprego com carteira foi muito expressivo (3,5%), o que representou um incremento de 98 mil trabalhadores com registros formais em Porto Alegre. Assim, em termos de perspectivas de inserção ocupacional, o período iniciado em 2001 foi muito mais promissor para os trabalhadores, pois a geração de empregos com carteira representa a ampliação do número daqueles que têm acesso ao sistema de proteção social.

O desemprego entre os residentes em Porto Alegre apresentou um comportamento distinto para os períodos em análise. No primeiro, a taxa de desemprego teve uma elevação, ao passar de 11,2% da PEA em 1993 para 15,4% em 2000. A taxa de crescimento média anual foi de 4,7%. Já para o período de 2001-2012, o indicador em questão diminuiu, ao passar de 13,9% para 6,4%, apresentando um ritmo médio anual de redução bastante intenso (-6,8%).

Quando se analisa o comportamento do desemprego por tipo¹, no período 1993-2000, a elevação da taxa de desemprego foi mais expressiva para os indivíduos em desemprego aberto do que para aqueles em desemprego oculto. Já para o período 2001-2012, no qual ocorreu queda no indicador em questão, o desemprego oculto apresentou um ritmo de redução médio anual muito mais acelerado (-14,3%) em relação ao do desemprego aberto (-4,4%).

Ao se comparar a incidência do desemprego de homens e de mulheres, dois aspectos podem ser destacados. O primeiro deles é que as mulheres registram taxas de desemprego sistematicamente superiores às dos homens ao longo de todo o período sob análise, o que indica que elas enfrentam maior dificuldade na obtenção de uma ocupação. O segundo é que o comportamento da taxa de desemprego das mulheres foi relativamente melhor do que

¹ Sobre os conceitos de desemprego na PED, ver **Notas metodológicas** ao final deste Informe.

o dos homens, em ambos os períodos: a taxa média anual de crescimento da incidência do desemprego entre as mulheres foi de 4,1% no período que começou em 1993, e a dos homens, de 4,9%; já no período iniciado em 2001, a taxa média anual de redução da incidência do desemprego foi mais intensa para as mulheres (-7,2%) do que para os homens (-6,5%). Com isso, a diferença desfavorável para as mulheres, que era de 3,4 pontos percentuais em 1993, teve redução para 1,6 ponto percentual em 2012.

No que diz respeito ao rendimento médio real dos ocupados residentes no Município de Porto Alegre, no período 1993-2000, ocorreu crescimento médio anual de 1,3%, enquanto, em 2001-2012, o desempenho foi muito mais modesto, com um aumento médio anual de somente 0,2%. O comportamento dos rendimentos reais no primeiro período provavelmente capturou os efeitos da estabilização monetária proporcionada pelo Plano Real, em 1994, os quais se estenderam até 1997. Assinale-se que o rendimento médio real em 2012 se encontrava abaixo daquele registrado em 2000.

Ainda no que se refere aos rendimentos, uma diferença muito relevante no seu comportamento é revelada quando se compara a evolução do rendimento médio real dos ocupados que se encontravam no Grupo 1 (25,0% com os menores rendimentos) com o daqueles que estavam no Grupo 4 (25,0% com os maiores rendimentos). No primeiro período em foco, o rendimento médio real teve um crescimento médio anual de 2,0% para os ocupados do Grupo 1 e de 1,4% para os do Grupo 4. Já no último período, enquanto os rendimentos dos trabalhadores do Grupo 1 tiveram um desempenho muito expressivo, com uma taxa de crescimento média anual de 3,3%, os daqueles do Grupo 4 registraram um processo de declínio, com uma taxa de crescimento média anual negativa, de 0,5%. Portanto, particularmente neste último período, sugere-se que tenha ocorrido um processo de redução da desigualdade dos rendimentos dos ocupados no mercado de trabalho do Município de Porto Alegre.

Indicadores selecionados do mercado de trabalho do Município de Porto Alegre — 1993-2012

DISCRIMINAÇÃO	1993	2000	2001	2012	TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL (%)	
					1993-2000	2001-2012
PIA (1.000 pessoas)	1.059	1.170	1.175	1.290	1,4	0,9
PEA (1.000 pessoas)	597	681	678	721	1,9	0,6
Taxa de participação (%)	56,4	58,2	57,7	55,9	0,4	-0,3
Ocupados (1.000 pessoas)	530	576	584	675	1,2	1,3
Empregados com carteira (1.000 pessoas) (1) ...	199	206	211	309	0,5	3,5
Desempregados (1.000 pessoas)	67	105	94	46	6,6	-6,3
Taxa de desemprego (%)						
Total	11,2	15,4	13,9	6,4	4,7	-6,8
Aberto	6,9	10,0	9,0	5,5	5,4	-4,4
Oculto	4,3	5,4	4,9	0,9	3,3	-14,3
Homens	9,7	13,6	11,7	5,6	4,9	-6,5
Mulheres	13,1	17,4	16,3	7,2	4,1	-7,2
Rendimento médio real (R\$) (2)	1.770	1.931	1.873	1.911	1,3	0,2
Rendimento médio real do Grupo 1 (R\$) (3)	375	432	434	620	2,0	3,3
Rendimento médio real do Grupo 4 (R\$) (4)	4.349	4.786	4.658	4.400	1,4	-0,5

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado. (2) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./ 2012. (3) Rendimento médio real dos 25,0% de ocupados com menores rendimentos. (4) Rendimento médio real dos 25,0% de ocupados com maiores rendimentos.

Ana Paula Queiroz Sperotto
Estatística, Técnica do DIEESE

Raul Luís Assumpção Bastos
Economista, Pesquisador da FEE

Notas metodológicas

1 Principais conceitos

PIA - População em Idade Ativa - população com 10 anos e mais.

PEA - População Economicamente Ativa - parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Ocupados - conjunto de pessoas que: (a) possuem trabalho remunerado exercido com regularidade; (b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular e não procuram trabalho diferente do atual, excluindo aquelas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias; e (c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, e não procuram trabalho.

Desempregados - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir:

- **desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- **desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício;
- **desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 10 anos) - parcela da PIA que não está ocupada, nem desempregada.

2 Principais indicadores

Taxa global de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

Taxa de desemprego total é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

Taxa de ocupação é igual à relação ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

Notas técnicas

1 Alteração dos indicadores de setor de atividade da PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jul./12

Em novembro de 2010, a Pesquisa de Emprego e Desemprego iniciou a captação das informações referentes aos setores de atividade, considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar 2.0). A partir de então, realizou-se dupla codificação dos dados captados no campo: a primeira, utilizando a classificação de atividade econômica da PED, e, a segunda, a classificação da CNAE Domiciliar 2.0. Essa codificação em paralelo encerrou-se em maio de 2012, e, a partir de junho de 2012, foi adotada apenas a classificação derivada da CNAE Domiciliar 2.0.

Com isso, as séries contendo informações sobre setor de atividade que utilizavam a classificação anterior, divulgadas até maio de 2012, foram interrompidas, iniciando-se novas séries trimestrais segundo a classificação da CNAE Domiciliar 2.0, com dados a partir de janeiro de 2011. Como decorrência, também foram alteradas as séries respectivas com a evolução dos números-índices, os quais passam a ter como base a média de 2011. Todos os demais indicadores continuam com suas séries inalteradas.

2 Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — set./12

Com a divulgação dos dados definitivos do Censo Demográfico de 2010, pelo IBGE, a FEE ajustou as projeções populacionais realizadas anteriormente para a Região Metropolitana de Porto Alegre.

A PED-RMPA altera suas séries em números absolutos, a partir de agosto de 2000, referentes à População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos com pelo menos 10 anos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

SECRETÁRIO: João Motta

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: Presidente: Adalmir A. Marquetti. Membros: André F. Nunes de Nunes, Angelino Gomes Soares Neto, Julio César Ferraza, Fernando Ferrari Filho, Ricardo Franzói e Leonardo Ely Schreiner.

CONSELHO CURADOR: Luciano Feltrin, Olavo Cesar Dias Monteiro e Gérson Péricles Tavares Doyll.

PRESIDENTE: Adalmir Antonio Marquetti

DIRETOR TÉCNICO: André Luis Forti Scherer

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Roberto Pereira da Rocha

SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETÁRIO: Luís Augusto Lara

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (FGTAS/SINE-RS)

PRESIDENTE: José Heitor de Souza Gularte

DIRETOR TÉCNICO: Rodrigo Waltrick Ribas

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Luiz Antônio Proença Fernandes

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE)

PRESIDENTE: Antônio de Souza

DIRETOR TÉCNICO: Clemente Ganz Lúcio

COORDENADORA TÉCNICA DO SISTEMA PED: Lúcia dos Santos Garcia

SUPERVISOR REGIONAL: Ricardo Franzói

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE)

DIRETORA-EXECUTIVA: Maria Helena Guimarães de Castro

Apoio Financeiro: **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

MINISTRO: Manoel Dias

Apoio: **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)**

EQUIPE EXECUTORA

Supervisão: Dulce Helena Vergara (FEE), Ana Paula Queiroz Sperotto (DIEESE), Irene M. Sassi Galeazzi (FGTAS/SINE-RS).

Estatístico Responsável: Patrícia Klaser Biasoli (FEE).

Pesquisa de Campo: Estela Belfíssimo Campos de Abreu (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Aurora Célia V. Maciel, Silvio J. Ferreira (FEE). **Estagiários:** Amanda Zimmer Muller, Carolynne Lima Vieira, Georgia Victória Casacurta de Castro, Marcellly Rodrigues Vieira, Paula Fank Garcia e Pedro Henrique Soares Zamboni (FEE).

Equipe de Aplicação: **Técnicos:** Maria Luiza Garcia Knauth. **Auxiliares:** Ilaine Zimmermann, Jussára Lima do Nascimento (FEE). **Equipe de Crítica:** **Técnicos:** Janet Stein, Jaqueline Cristiane dos Santos, Michele Krieger Bohnert e Sílvia Flores da C. Moraes (FGTAS/SINE-RS). **Análise Socioeconômica e Estatística:** Raul Luís Assumpção Bastos (Coordenador — FEE). **Técnicos:** Alejandro Kuajara Arandia, André Luiz Leite Chaves, Bruna Kasprzak Borges, Míriam De Toni, Norma Herminia Kreling, Rafael Bassegio Caumo, Romeu Luiz Knob, Walter Arno Pichler (FEE) e Letícia Herrmann (DIEESE). **Estagiário:** Gustavo Thomas (FEE). **Bolsista FAPERGS:** Daniel Bryk Silveira. **Controle de Qualidade:** **Auxiliares:** Londi Milke, Clotilde Rejane Meneghetti, Cloves Jesus Lopes Evangelista, Itamar Fraga de Britto e Valmir dos Santos Goulart (FEE). **Estagiários:** Alex Torres, Carolina Silveira Costa, Grégori Heck Turra, Gustavo Pires Cabral, Juliana Oliveira, Lucas Alberto Rosa da Silva, Luciana Tubello Caldas e Mariana Carvalho Araujo Estaulb (FEE). **Revisão e Editoração:** Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Conceitos e Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

Informe PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre/FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT. — v. 1, n.1 (jun. 1992)- . — Porto Alegre: FEE, 1992- . —

Mensal

ISSN 1983-7593

Convênio: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT.

1. Trabalho – Porto Alegre, Região Metropolitana de (RS). 2. Emprego – Porto Alegre, Região Metropolitana de (RS). I. Fundação de Economia Estatística Siegfried Emanuel Heuser. II. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP). III. DIEESE. IV. Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social. V. Sistema Nacional de Emprego (RS). VI. Fundo de Amparo ao Trabalhador

CDU 331.4 (816.501)

CIP: Ivete Lopes Figueiró

CRB – 10/509

Secretaria do Planejamento,
Gestão e Participação Cidadã

Secretaria do Trabalho e de
Desenvolvimento Social



Ministério do
Trabalho e Emprego



Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

Duque de Caxias, 1691 — Fone: (51) 3216-9043 — Fax: (51) 3216-9134

Caixa Postal: 2355 — 90010-283 — Porto Alegre-RS

E-mail: ped@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br